



UNI7

EXCELÊNCIA QUE TRANSFORMA O SEU FUTURO



CARTILHA JURÍDICA

RELAÇÕES PRIVADAS EM PERGUNTAS E RESPOSTAS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
I SEÇÃO	3
II SEÇÃO	7
III SEÇÃO	11
IV SEÇÃO	18
V SEÇÃO	22
VI SEÇÃO	26
VII SEÇÃO	28
VIII SEÇÃO	31
IX SEÇÃO	39
X SEÇÃO	44
XI SEÇÃO	48
XII SEÇÃO	50
XIII SEÇÃO	54
XIV SEÇÃO	58
XV SEÇÃO	62
XVI SEÇÃO	66

O Curso de Mestrado em direito da UNI7 tem por área de concentração “Relações privadas, sociedade e desenvolvimento”, sendo o direito privado o seu eixo temático. As relações privadas são, portanto, o laço que une as linhas de pesquisa, a docência, as orientações e produções do Curso de Mestrado da UNI7, a partir do que é gerado conhecimento especializado.

Aspectos referentes aos direitos de personalidade, novas relações familiares, posse, propriedade, contratos, obrigações, responsabilidade civil, formas de empresariar, entre outros assuntos, compõem as temáticas analisadas no Curso de Mestrado em Direito da UNI7.

Como forma de efetivação de sua função social, o Curso de Mestrado em Direito da UNI7 difunde o conhecimento que gera, como meio de transformação da realidade social. É esse o contexto que viabilizou a elaboração da Cartilha Jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e Proteja seus direitos”.

A Cartilha Jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e Proteja seus direitos” foi elaborada pelo corpo docente e discente do Curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7, motivados pelo desafio de difundir o conhecimento em direito privado, utilizando-se de técnicas de comunicação simples, que ampliam o acesso às informações.

A Cartilha constituirá importante instrumento de esclarecimento de situações cotidianas, especialmente para as pessoas mais simples. O acesso ao conhecimento é o modo mais eficaz de proteção dos direitos.

Para tornar ainda mais ampla a difusão, o Curso de Mestrado em Direito da UNI7 firmou parcerias com os órgãos do Sistema de Justiça para a divulgação da Cartilha Jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e Proteja seus direitos”.

Leia e se informe! Conheça e proteja os seus direitos!

QUAIS OS CAMINHOS PARA EMPREENDER? QUAL O MELHOR FORMATO PARA EXERCER A ATIVIDADE EMPRESARIAL? COMO POSSO PROTEGER O MEU PATRIMÔNIO PESSOAL? O QUE É PEQUENA EMPRESA? O QUE É MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL? O QUE É MARCA?

O que é empresa?

Uma empresa é uma organização ou entidade que realiza atividades econômicas com o objetivo de produzir bens ou prestar serviços. Ela pode variar em tamanho, desde pequenas lojas locais até grandes corporações multinacionais.

Quais os formatos jurídicos mais utilizados para as empresas?

- Empresário Individual: Uma única pessoa que realiza atividades empresariais em seu nome.
- Sociedade Limitada (Ltda.): Empresa composta por dois ou mais sócios, onde a responsabilidade é limitada ao capital investido.
- Sociedade Anônima (S.A.): Empresa com capital dividido em ações, que pode ser de capital aberto (negociada em bolsa) ou fechado.
- Microempreendedor Individual (MEI): Uma forma simplificada para pequenas atividades empresariais individuais.

O que é pequena empresa?

Uma pequena empresa é uma organização com número limitado de funcionários e volume de negócios relativamente baixo em comparação com empresas de maior porte.



porte. No Brasil, por exemplo, uma pequena empresa pode ter um faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Quais as principais vantagens da pequena empresa?

- Flexibilidade: Capacidade de adaptação rápida às mudanças do mercado.
- Inovação: Facilidade para implementar novas ideias e processos.
- Relacionamento Próximo: Proximidade com clientes e fornecedores, permitindo um atendimento mais personalizado.
- Menos Burocracia: Estrutura administrativa mais simples e menos complexa.

O que são marcas e como são protegidas?

Marcas são sinais distintivos que identificam produtos ou serviços de uma empresa e os diferenciam dos concorrentes. Elas são protegidas através do registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no Brasil, que confere ao titular o direito exclusivo de uso da marca.

Como se diferenciam marcas e patentes?

- Marcas: Identificam produtos ou serviços e protegem o uso exclusivo de um nome, logo ou slogan.
- Patentes: Protegem invenções, conferindo ao titular o direito exclusivo de exploração comercial por um determinado período, geralmente 20 anos.

O que é nome de fantasia (título do estabelecimento) e como pode ser protegido?

O nome de fantasia, ou título do estabelecimento, é o nome comercial pelo qual a empresa é conhecida do público. Ele pode ser protegido através do registro na Junta Comercial do estado onde a empresa opera, garantindo exclusividade de uso.

O que é o MEI e quais as suas principais vantagens?

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma categoria simplificada para formalização de pequenos negócios no Brasil. As principais vantagens incluem:

- Baixa Carga Tributária: Pagamento de impostos reduzidos e simplificados.
- Acesso a Benefícios: Direito a benefícios previdenciários, como aposentadoria e auxílio-doença.
- Facilidade de Registro: Processo simplificado de registro e baixa burocracia.
- Emissão de Nota Fiscal: Possibilidade de emitir notas fiscais legalmente.

O que são e qual a função das Juntas Comerciais?

Juntas Comerciais são órgãos estaduais responsáveis pelo registro e legalização das empresas no Brasil. Suas funções principais incluem:

- Registro de Empresas: Formalizar a criação de novas empresas e suas alterações (como mudanças de endereço, de sócios ou de capital).
- Autenticação de Documentos: Validar livros e documentos empresariais.
- Publicidade dos Atos Empresariais: Garantir que informações sobre as empresas sejam públicas e acessíveis.
- Garantia da Legalidade: Certificar que as empresas operem dentro das normas legais estabelecidas.

Quais as vantagens e desvantagens do formato do empresário individual?

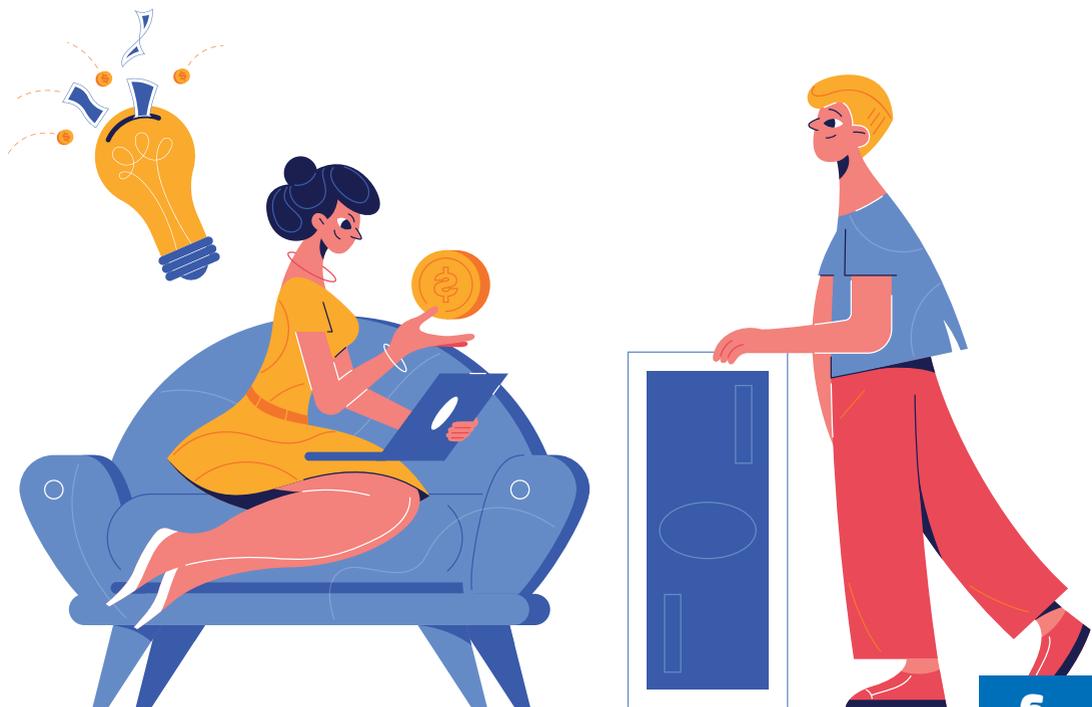
Empresário Individual é uma pessoa física que exerce atividade empresarial em seu próprio nome.

Vantagens:

- **Simplicidade:** Menos burocracia na abertura e gestão do negócio.
- **Baixo Custo:** Menores custos iniciais e operacionais em comparação a outros formatos jurídicos.
- **Controle Total:** O empresário tem total controle sobre as decisões do negócio.

Desvantagens:

- **Responsabilidade Ilimitada:** O empresário responde com seu patrimônio pessoal pelas dívidas e obrigações da empresa.
- **Dificuldade de Crescimento:** Pode encontrar dificuldades para atrair investimentos ou expandir o negócio.
- **Limitações de Financiamento:** Pode ter acesso restrito a linhas de crédito e financiamentos.



O QUE FAZER QUANDO A EMPRESA TIVER DÍVIDAS? O QUE É FALÊNCIA? COMO SE DIFERENCIAM FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL? O DONO DA EMPRESA PERDE TUDO QUANDO ELA SOFRE FALÊNCIA? O QUE ACONTECE COM OS EMPREGADOS EM CASO DE FALÊNCIA DA EMPRESA?

O que é falência? É a mesma coisa que calote?

Falência não é a mesma coisa que calote. A falência é um processo legal que ocorre quando uma empresa não consegue mais pagar suas dívidas e continuar operando. É supervisionada por um juiz e conta com a colaboração de um administrador, sendo seu principal objetivo arrecadar o patrimônio da empresa inviável (agora chamada de massa falida), vendê-lo e assim pagar os credores conforme uma ordem legal de preferências. É bem diferente, portanto, de um calote, em que simplesmente se decide não pagar uma dívida.

Qual a diferença entre falência e recuperação judicial?

A principal diferença é o objetivo. Na falência, a empresa encerra suas atividades e seus bens são vendidos para pagar as dívidas. Já na recuperação judicial, o objetivo é ajudar a empresa a superar a crise financeira e continuar funcionando, através de um plano de reestruturação aprovado pelos credores.

O que acontece com os funcionários quando uma empresa vai à falência?

Quando uma empresa vai à falência, o mais comum é que as atividades sejam imediatamente interrompidas e os funcionários sejam demitidos. Eles se tornam credores da empresa e têm prioridade no recebimento de verbas trabalhistas (como salários atrasados e indenizações) quando os bens da empresa forem vendidos.

Uma empresa em recuperação judicial pode continuar funcionando normalmente?

Sim, pode. Na verdade, esse é o objetivo da recuperação judicial: permitir que a empresa continue operando enquanto reorganiza suas finanças e negocia com seus credores, assim superando a crise momentânea, o que visa preservar essa unidade produtiva e de criação de riquezas. No entanto, durante esse período, a empresa fica sob supervisão judicial e de um administrador e precisa seguir um plano de recuperação aprovado por seus credores, sob pena de se converter o procedimento em uma falência.

O que é recuperação extrajudicial?

Além da falência e da recuperação judicial, existe ainda um outro procedimento chamado de recuperação extrajudicial. Trata-se de um processo em que a empresa em dificuldades financeiras negocia diretamente com seus credores, trazendo ao Judiciário já o plano formulado e aprovado com estes credores, de modo que o juiz supervisiona apenas o cumprimento, e não a formulação e aprovação, do plano de recuperação. Sendo assim, a recuperação extrajudicial funciona como um acordo privado que, depois de fechado, pode ser homologado pela Justiça para ter validade legal.

Se eu comprar algo de uma loja que depois vai à falência, tenho direito a receber meu produto ou dinheiro de volta?

Se você já pagou por um produto ou serviço antes da falência do fornecedor, mas não houve a entrega ou esta foi defeituosa, você pode se tornar um credor da empresa falida, e, uma vez reconhecido o seu crédito, ele



será habilitado entre os credores da massa falida. Infelizmente, os consumidores não têm uma prioridade alta na lista de credores, então as chances de receber o produto ou o dinheiro de volta são menores do que no caso de uma empresa em boas condições financeiras.

Tinha uma ação contra uma empresa e, agora que ela entrou em recuperação, o processo ficou suspenso. O que aconteceu?

O que aconteceu provavelmente tem a ver com o chamado "período de suspensão". É um prazo de 180 dias que se inicia quando o juiz profere uma decisão em que autoriza o processamento da recuperação. Durante esse período de 180 dias, que pode ser excepcionalmente prorrogável por igual período, as execuções e demais atos que representem bloqueios no patrimônio da empresa em recuperação são suspensos. Isso significa, na prática, que durante o período de suspensão, os credores não podem tomar os bens ou o dinheiro da empresa em recuperação, o que visa possibilitar que esta inicie a sua reestruturação.

Quem decide se uma empresa vai para recuperação judicial ou falência?

Inicialmente, é a própria empresa que decide pedir recuperação judicial, negociar extrajudicialmente e depois pedir a homologação de sua recuperação extrajudicial, ou, se reconhecer ser inviável a continuidade das atividades, confessar a falência. Mesmo que a empresa peça a recuperação, é possível que esta não seja bem-sucedida por vários motivos, sendo a consequência na maioria dos casos a declaração de falência. Além disso, a falência também pode ser pedida pelos credores se a empresa não estiver pagando suas dívidas.

O dono da empresa perde tudo na falência?

Não necessariamente. Na falência, os bens da empresa são usados para pagar as dívidas, mas os bens pessoais do dono geralmente não são afetados, a menos que

tenha havido fraude comprovada, ou em alguns casos nos quais o sócio tem responsabilidade pela dívida. O que sempre acontece, contudo, é o sócio da empresa perder o controle desta após a falência.

Uma pessoa física pode pedir recuperação judicial ou só empresas podem?

No Brasil, atualmente, apenas empresas podem pedir recuperação judicial. Caso a pessoa física exerça atividade empresarial regular, caso de empresários individuais em geral e também de produtores rurais pessoa física, estes poderão ser beneficiados pela recuperação judicial. Por outro lado, pessoas físicas que não exercem em nome próprio a atividade empresarial, podem ser eventualmente beneficiadas com outros institutos jurídicos, como é o caso daqueles previstos na Lei do Superendividamento.



COMO PROTEGER O SEU IMÓVEL? O QUE É POSSE? O QUE FAZER EM CASO DE INVASÃO DE SEU PATRIMÔNIO? O QUE FAZER PARA REGULARIZAR A POSSE DE IMÓVEL? O QUE É USUCAPIÃO? QUAIS OS EFEITOS DO USUCAPIÃO? O QUE É REURB? QUAIS OS TIPOS DE REURB?

O que é posse e qual a importância da proteção possessória para uma pessoa de baixa renda?

A posse é a detenção material de um bem com o propósito de tê-lo para si. A importância da proteção possessória para uma pessoa de baixa renda está diretamente ligada à defesa dos seus direitos de moradia, de trabalho e de propriedade, muitas vezes constituídos de forma informal.

Como uma pessoa pode identificar se está sofrendo turbacão ou esbulho de sua posse?

Para uma pessoa identificar se está sofrendo ameaça ou perda de sua posse, é importante considerar os seguintes pontos:

- A) Turbacão (ameaça): atos de interferência ou perturbacão na posse da coisa, sem que haja perda dela. Exemplo: Alguém está construindo algo próximo à sua casa ou terreno, o que está incomodando sua vida cotidiana ou prejudicando sua propriedade;
- B) perda da posse/Esbulho: é a perda da posse da coisa, ou seja, alguém tomou a coisa ou a invadiu, retirando-a do possuidor. Exemplos: Alguém invadiu sua propriedade e está ocupando-a sem sua permissão ou alguém tomou sua terra ou casa, impedindo-o de usá-la. Lembre-se de que, no sistema jurídico brasileiro, a posse é protegida independentemente do direito de propriedade. Isso significa que, mesmo que você não seja o proprietário da coisa, você ainda tem direito à posse e à proteção contra turbacão ou esbulho.

Em caso de ameaça ou perda da posse, quais são as opções eficientes para a defesa do possuidor?

Seguem as opções:

- A) Interposição de Ação de Reintegração de Posse: trata-se de uma ação judicial pela qual o possuidor busca reaver a posse de um bem que lhe foi indevidamente retirado.
- B) Pedido judicial de Manutenção de Posse: nessa ação, o possuidor busca obter uma decisão judicial para que ele seja mantido na posse do bem.
- C) chamamento da Polícia: em casos de flagrante esbulho de posse, é possível acionar a polícia para que auxilie na retomada da posse do bem

O que fazer se eu precisar recuperar um bem que é meu e está com meu ex-cônjuge?

Primeira providência seria tentar conversar com o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) mostrando documentalmente o seu direito ao bem, que pode ser uma prova da propriedade ou da posse existente anteriormente a relação conjugal ou obtida de herança, por exemplo. Caso não surta efeito o diálogo, sugere-se a busca de um advogado ou Defensoria pública para ajuizamento de ação possessória, pois a detenção do bem pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro pode se constituir uma posse irregular.

O que é usucapião como forma de se adquirir a propriedade e quais os elementos necessários para sua caracterização?

Constitui uma forma originária de aquisição de propriedade imóvel ou móvel pelo uso e posse da coisa num determinado espaço de tempo. Para sua caracterização é necessário:



- A) comprovação da posse sobre o bem considerando um prazo que pode variar de 02 a 15 anos, sem interrupção;
- B) a posse não pode ser violenta;
- C) a posse pelo ocupante não pode ser precária, isto é, com obrigação de devolver (imóvel locado ou emprestado não pode ser objeto de usucapião).

Logo, a existência destes requisitos básicos possibilita a busca de um profissional do direito ou da Defensoria pública para que seja obtido a declaração da propriedade e posterior registro do imóvel em cartório competente.

O que devo fazer para regularizar a posse de imóvel que exerço há anos?

Procurar um advogado ou a Defensoria pública com documentos que comprovem o tempo de posse, como por exemplo, as contas mais antigas de energia ou água. Importante também indicar testemunhas que possam atestar o tempo de uso do bem do interessado e o proveito da área sem oposição para fins habitacionais ou para comércio.

Quais os tipos de usucapião de imóveis nas cidades?

O Código Civil e outras leis preveem: a) Usucapião ordinária, cujo prazo de posse, pacífica, contínua e ininterrupta é de 10 anos, com possibilidade de ser de 05 anos; b) Usucapião extraordinário, cujo prazo de posse pacífica, contínua e ininterrupta é de 15 anos, com possibilidade de ser de 10 anos. Diferencia da anterior por neste caso o interessado não possui documento que aparentemente lhe concede a posse; c) Usucapião Especial Urbana cujo prazo de posse pacífica, contínua e ininterrupta é de 5 anos, devendo a área não ser superior a 250m². Fator importante, nesse último tipo, é que é vedado ao interessado ter outro imóvel em seu nome.

Quais os tipos de usucapião de imóveis na zona rural?

O Código Civil e outras leis preveem:

- A) Usucapião ordinária, cujo prazo de posse, pacífica, contínua e ininterrupta é de 10 anos, com possibilidade de ser de 05 anos;
- B) Usucapião extraordinário, cujo prazo de posse pacífica, continua e ininterrupta é de 15 anos, com possibilidade de ser de 10 anos. Diferencia da anterior por neste caso o interessado não possui documento que aparentemente lhe conceda a posse;
- C) Usucapião Especial rural cujo prazo de posse pacífica, continua e ininterrupta é de 5 anos, devendo a área não ser superior a 50 hectares. Fator importante, nesse último tipo, é que é vedado ao interessado ter outro imóvel em seu nome.

É possível que uma comunidade de posseiros numa mesma área da cidade solicitar ação de usucapião para regularizar seus imóveis?

Sim, o Estatuto das cidades prevê a usucapião coletiva. Área urbana superior a 250 m², ocupada a pelo menos cinco anos por várias pessoas de baixa renda para fins de moradia ou de pequenos comércios, podem ser objeto de usucapião, desde que os interessados não possuam outros imóveis. O pedido de usucapião e posterior regularização da propriedade pode ser feito pelos interessados ou pela associação de moradores, desde que expressamente autorizada.

Fui informada de uma ação para que eu desocupe minha casa, mas estou lá sem oposição há vários anos. O que fazer?

Procurar um advogado ou a Defensoria Pública para analisar o seu direito, devendo ser mostrado documentos da



sua posse e a falta de oposição a sua posse, não podendo esta ser precária (exemplo: derivada de um contrato de locação). A usucapião pode ser alegada como matéria de defesa em ação de reintegração de posse, que objetiva afastar a pretensão possessória. Diante da procedência deste tipo de defesa, a improcedência do pedido reintegratório deverá ser decretada.

Meu imóvel encontra-se invadido há vários anos. O que posso alegar em ação judicial para tentar evitar a usucapião?

Para tentar evitar a usucapião de um imóvel invadido, você pode alegar alguns pontos com base no direito brasileiro. Aqui estão algumas estratégias: 1. Prova de Posse: Demonstrar que você é o legítimo proprietário do imóvel e que mantém a posse, mesmo que não esteja na sua propriedade. Isso pode incluir documentos como escritura, impostos pagos, ou qualquer outro registro que comprove a sua propriedade. 2. Ocupação de Boa-Fé: provar que houve violência na ocupação do seu bem e que houve oposição. 3. Interrupção da Posse e tempo decorrido: Provar que o posseiro não possui posse contínua e sem oposição por um certo período ou que a invasão ocorreu recentemente, considerando os prazos para usucapião.

Qual o efeito da decisão judicial de usucapião?

A sentença do juiz declara a propriedade do interessado, devendo ser levada ao Cartório de Registro de imóveis, no caso de bens imóveis, para abertura de matrícula e registro da propriedade em nome do autor da ação.

Qual a importância do registro da decisão judicial de usucapião?

O registro da sentença de usucapião no Cartório de registro de imóveis tem o poder de fornecer ao particular documento hábil para atestar a todos a existência de sua propriedade, permitindo a regularização da área; a venda regular do imóvel; obter empréstimo tendo como garantia o bem; a transferência para os herdeiros.

Possuo um veículo automotor há vários anos e ele não se encontra registrado em meu nome. O que fazer?

É possível um possuidor de um veículo sem registro em seu nome requerer judicialmente a usucapião do carro ou moto, devendo para isso está com o mesmo a pelo menos cinco anos, podendo esse prazo ser de três anos se o posseiro possuir algum título e comprovar que está com o bem pensando que é seu, sem oposição. A decisão do juiz tem o poder de declarar a propriedade do interessado.

O que é a Reurb?

A Reurb é um processo que ajuda a legalizar áreas urbanas para efeitos de natureza social onde as pessoas moram, mas que não têm a documentação correta do terreno ou das casas. Isso proporciona segurança jurídica, valorização dos imóveis e acesso facilitado a crédito e serviços públicos como água, luz e saneamento. Acrescenta-se também a possibilidade de vender o imóvel com registro em Cartório de Registro de imóveis.

Quais os tipos de REURB

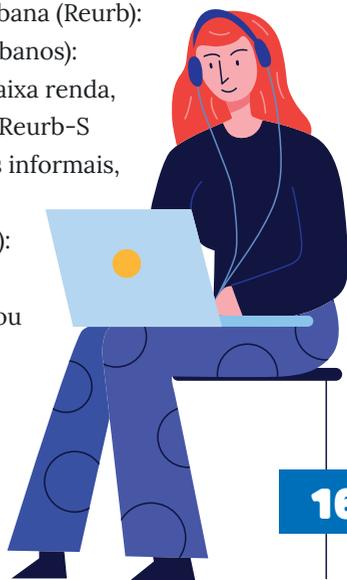
A Lei Brasileira nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que trata da Regularização Fundiária, prevê dois tipos principais de Regularização Fundiária Urbana (Reurb):

1. Reurb-S (Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos):

Destina-se a áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda, que não possui a titularidade da posse ou propriedade. A Reurb-S visa regularizar a situação desses conjuntos habitacionais informais, proporcionando segurança jurídica aos ocupantes. 2.

Reurb-E (Regularização Fundiária de Interesse Específico):

Aplicável a áreas urbanas que têm interesse específico, como aquelas ocupadas por projetos de interesse social, ou que envolvam associações ou condomínios. A Reurb-E permite a regularização de áreas que já possuem um certo grau de organização e infraestrutura. Essas



modalidades têm como objetivo garantir a segurança da posse e a concessão de título de propriedade, promovendo a inclusão social e o acesso à moradia digna.

Quem pode participar da Reurb?

Qualquer pessoa ou comunidade que mora em áreas urbanas irregulares pode participar da Reurb para regularizar a posse de seu imóvel, podendo ser feito pedido ao Município, que abrirá processo e estudo acerca da viabilidade da regularização. Na secretaria competente deverá ser informado os documentos e etapas necessárias.

Quanto tempo demora para regularizar meu imóvel com a Reurb e quais os custos?

O tempo pode variar, mas a Reurb geralmente é mais rápida que outros processos de regularização. Pode levar de alguns meses a alguns anos, dependendo da complexidade do caso e da eficiência dos órgãos envolvidos. Os custos podem variar conforme a situação, incluindo taxas administrativas, custos com a elaboração de documentos e possíveis honorários de profissionais como engenheiros, devendo ser consultado a Defensoria pública de sua cidade. Algumas prefeituras oferecem programas de Reurb com custos reduzidos ou até gratuitos para comunidades de baixa renda.

Quais documentos são necessários para iniciar a Reurb?

Normalmente, são necessários documentos pessoais (como RG e CPF), comprovantes de residência, documentos que comprovem a posse do imóvel (como contratos de compra e venda ou declarações de posse) e, em alguns casos, mapas ou plantas do terreno.

ALUGO IMÓVEL PARA RESIDIR, O QUE FAZER QUANDO O ALUGUEL ESTÁ ATRASADO? O QUE FAZER QUANDO O PROPRIETÁRIO PEDE O IMÓVEL? DE QUEM É O CUSTO DOS TRIBUTOS E TAXAS? QUEM DEVE REPARAR OS DANOS ESTRUTURAIS?

Estou sem pagar o aluguel do imóvel ocupado por minha família. Qual meu direito?

Procurar um advogado ou a Defensoria pública para requerer o depósito dos aluguéis caso tenha ocorrido cobrança com valores absurdos, evitando-se com isso o despejo. Caso a cobrança esteja correta é possível a inquilino se defender requerendo o pagamento da dívida ou tentar um acordo para desocupação do imóvel com prazo aceitável.

O locador de imóvel residencial apresentou pedido para desocupação do bem locado. Devo desocupar imediatamente?

Não. O interessante seria conversar com o locador com objetivo de obter uma data favorável para desocupação. Caso não seja feito o acordo, o locador só poderá requerer a saída do locatário via justiça. Observa-se que neste caso ainda é possível ao locatário, na maioria dos casos, no prazo de defesa determinado pelo judiciário, requerer prazo de até seis meses para desocupação.

O locador de imóvel não residencial apresentou pedido para fechamento do comércio e desocupação do bem locado. Devo desocupar imediatamente e tenho direito a uma indenização?

Não. O interessante seria conversar com o locador com objetivo de obter uma data favorável para desocupação e entrega do imóvel. Observa-se que o locador deve avisar por escrito do interesse na extinção do contrato, concedendo o prazo de 30 dias para desocupação. Caso o prazo de desocupação não seja cumprido, o mesmo

deve entrar na justiça para reaver seu imóvel. Não há direito a indenização caso o pedido seja realizado quando o contrato esteja por prazo indeterminado.

Quem deve pagar a tarifa de água, energia e o IPTU e taxa de lixo?

Os valores indicados na pergunta são relativos ao uso do bem imóvel e contratualmente é possível determinar que cabe ao locatário o pagamento das tarifas e impostos que recaem sobre o bem locado. A falta de quitação das tarifas e dos tributos constitui falta grave e pode ensejar em pedido de extinção do contrato e desocupação/despejo do bem por falta de pagamento de encargos.

O locatário de imóvel está em atraso no pagamento dos aluguéis e encargos da locação. O que este deve fazer?

A melhor alternativa seria procurar o locador para entregar o bem alugado e negociar um parcelamento favorável para a quitação dos valores devidos. Caso o locador não aceite, este poderá ajuizar ação de despejo por falta de pagamento requerendo não só a desocupação do bem, como também a cobrança dos valores devidos. Cabe ao locatário, na ação judicial, requerer o pagamento do débito ou se opor aos valores cobrados.

Quem deve pagar a taxa de condomínio, caso o bem locador seja um apartamento?

Os valores indicados na pergunta são relativos ao uso do bem imóvel e a lei do inquilinato determina que a taxa ordinária de condomínio é de responsabilidade do locatário. Já a taxa extraordinária é de responsabilidade do locador. Por despesas extraordinárias se entende custeio de obras de melhorias no edifício como por exemplo:



a) obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel; b) pintura das fachadas; c) obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício; d) indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação; e) instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer; f) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum; g) constituição de fundo de reserva.

O locador de imóvel se recusa a receber o aluguel devido. O que o inquilino deve fazer?

Se a recusa em receber os valores for injusta, isto é, se o valor oferecido é inferior ao devido, o locatário deve procurar um advogado ou a Defensoria pública para a realização de um depósito em banco oficial dos valores devidos ou ajuizamento de ação de depósito dos valores devidos denominada consignação em pagamento. Sendo aceito o depósito ou julgado válido o inquilino se encontrará livre de pedido de despejo.

O locador de imóvel avisa ao locatário que necessita do imóvel para sua moradia. O que devo fazer?

O pedido realizado pelo locador é válido, caso o prazo contratual determinado no termo tenha terminado, podendo o inquilino negociar um prazo favorável para a desocupação. Caso não haja o acordo o locador pode ajuizar ação de despejo, cabendo o inquilino apresentar defesa e cobrar reparação ao locador se ele não for morar no bem recuperado.

O que fazer se a casa alugada está com algum problema estrutural, como telhado danificado por exemplo.

Se o telhado da casa estiver ameaçando desabar ou exista qualquer outro problema estrutural no imóvel, é importante que você, como locatário, comunique o problema

ao locador o mais rápido possível. Isso porque, como locatário, você tem o direito de usufruir do imóvel em boas condições e sem riscos à saúde e segurança. Segundo a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/1991), é obrigação do locador manter o imóvel em boas condições, fazendo as necessárias reformas e reparos para garantir a segurança dos locatários. Se o locador não realizar os reparos necessários, você pode: 1. Notificar o locador sobre o problema e solicitar que realize os reparos necessários; 2. Se o locador não realizar os reparos, você pode entrar com uma ação judicial para compelir o locador a fazer os reparos; 3. Se os reparos não forem realizados e o imóvel não for mais habitável, você pode pedir a rescisão do contrato de locação e requerer uma reparação.

É possível ao locador do imóvel residencial pedir uma garantia para a realização do negócio?

Sim, o locador pode exigir apenas uma modalidade de garantia ao contrato de locação, que se estende até a efetiva devolução do imóvel. De acordo com o texto, as garantias locatícias permitidas pela lei do inquilinato são: 1. Caução: pode ser em bens móveis ou imóveis, mas o mais usual é a caução em dinheiro, normalmente equivalente a 3 aluguéis; 2. Fiança: é uma garantia pessoal, onde todo o patrimônio do devedor responde pela obrigação garantida; 3. Seguro de fiança locatícia: é uma garantia mais segura para o locador, pois não fica sujeito à mudança patrimonial do fiador, mas tem um custo alto e é menos utilizada; 4. Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento: é uma garantia pouco utilizada devido à sua especificidade.



RELAÇÕES FAMILIARES. QUAIS OS EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL? MEU COMPANHEIRO (A) FOI EMBORA, O QUE FAÇO? EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, O QUE DEVO FAZER? CASAIS HOMOAFETIVOS PODEM ADOTAR?

Meu companheiro ou companheira me deixou, quais os meus direitos?

Quando um companheiro ou companheira sofre abandono do outro, existindo um casamento ou união estável é assegurado direitos pelo fim do relacionamento. Destacam-se, podendo variar caso a caso: a) Direito à partilha de bens adquiridos durante a convivência; b) Possibilidade de pleitear pensão alimentícia para si e para os filhos, se houver necessidade e possibilidade financeira do outro companheiro; c). Caso haja filhos em comum, direito a visita e guarda compartilhada, baseados no melhor interesse da criança; d) Direito de pleitear indenização por eventuais danos morais sofridos em decorrência do fim do relacionamento, como por exemplo, sofrimento de maus tratos ou existência de amante.

Face abandono do meu companheiro, como buscar os direitos descritos na resposta anterior?

Para buscar os direitos mencionados em caso de abandono por parte do companheiro ou companheira em uma situação de casamento ou união estável, é importante seguir alguns passos simples: a) buscar orientação de um advogado especializado em direito de família ou a Defensoria pública; b) tentar fazer um acordo considerando os pontos essenciais, como por exemplo, pensão, partilha, e guarda dos filhos ou “pet”. Observa-se que o documento pode servir para o processo de divórcio; c) ajuizar pedido de divórcio, sendo a decisão do juiz norma da extinção do casamento e fixação dos deveres.

O que devo fazer para pedir a dissolução do meu casamento ou da União estável?

Procurar a Defensoria Pública ou um advogado com documentação capaz de dar entrada no processo, que geralmente incluem certidão de casamento ou escritura de união estável, documentos pessoais, comprovantes de renda e bens, além de nomes de pessoas que possam testemunhar a existência da relação. Na ocasião será decidido o tipo de divórcio, que pode ser: a) judicial ou extrajudicial, perante cartório; b) consensual ou litigioso

Considerando os tipos de divórcios, pode-se explicar de forma mais clara?

A primeira classificação diz respeito ao divórcio consensual, quando as partes concordam com o fim do relacionamento e com os termos discutidos para os fins, como, por exemplo pensão, guarda etc. O divórcio pode ser também litigioso, quando não acordo entre as partes. Ressalta-se que em alguns casos, quando não há interesse de menores, o divórcio pode ser firmado através de uma escritura num cartório de sua cidade, com presença de um advogado.

Quais os direitos dos filhos, quando há o término do casamento ou da união estável?

Quando há o término do casamento ou união estável dos pais, a legislação brasileira assegura aos filhos diversos direitos, tais como:

- a) receber pensão alimentícia dos pais, garantindo seu sustento, educação, saúde e desenvolvimento adequado pelo menos até a maioridade ou término do ciclo escolar;
- b) a ficar com a mãe ou pai ou guarda compartilhada, conforme



o melhor interesse da criança ou adolescente; c) É garantido aos filhos o direito de manterem seu nome e dignidade preservados, bem como de não sofrerem discriminação em razão do término do casamento ou união estável dos pais.

É importante saber, ainda, que a guarda compartilhada é preferencial, pois permite que ambos os pais participem das decisões importantes na vida da criança e na sua criação a obrigação de prover alimentos para os filhos e que a pensão alimentícia é destinada a cobrir despesas com alimentação, educação, saúde, lazer e outras necessidades da criança. O valor e as condições de pagamento são definidos judicialmente, levando em consideração a necessidade da criança e a capacidade financeira dos pais; d) Direito a herança: em caso de falecimento dos pais, nada muda com o direito de herança, sendo os pais separados.

O que devo fazer se precisar deixar minha casa por causa de violência doméstica e tenho medo de ser acusado de abandono do lar?

Você está sofrendo violência em casa e precisa sair? Saiba que isso NÃO é abandono do lar. É seu direito se proteger! Medidas devem ser tomadas: a) Vá para um lugar seguro: casa de parentes, amigos ou abrigo para vítimas; b) Ligue 180 para pedir ajuda e informações; c) Guarde Provas da violência, como por exemplo, vídeos e fotos de machucados. Salve mensagens de ameaças. Anote nomes de quem viu a violência acontecer.

O que seria necessário para que meu genitor me reconheça como filho, caso ele não aceite conversar?

Antes de procurar um advogado ou a Defensoria Pública, o interessado deve reunir Documentos, como, por exemplo: a certidão de nascimento, documentos pessoais do pai e da mãe, se tiver, e, caso possível, provas que indiquem a relação entre o pai e a criança. No processo judicial, que será necessário, deve se requerer exame de DNA, que confirmem a paternidade, podendo o valor dessa prova pericial ser custeada pelo

Estado. O juiz analisará as provas e, se o reconhecimento for confirmado, emitirá uma sentença declarando a paternidade. Após a decisão judicial, é necessário atualizar a certidão de nascimento da criança com o nome do pai reconhecido.

É possível um casal homoafetivo fazer um pedido de adoção de uma criança?

Sim, é possível que um casal homoafetivo faça um pedido de adoção de uma criança no Brasil. O direito brasileiro, conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não faz distinção quanto à orientação sexual dos adotantes. O fato de um casal ser homoafetivo não é um impedimento legal para a adoção. O princípio fundamental que serve de orientação é o da igualdade e do interesse e o bem-estar da criança. No entanto, observa-se que no juízo deverá haver uma avaliação psicológica.

O que devo fazer, quando minha mãe se encontra incapaz para gerir sua vida?

Quando um parente está incapacitado para a vida civil, é necessário instaurar um processo de curatela. A curatela é uma medida legal para proteger pessoas que não têm plena capacidade de gerenciar seus próprios atos devido às limitações físicas ou mentais. Para solicitar a curatela, é necessário a busca de um Advogado ou da Defensoria pública e seguir estes passos: Reunir Documentação: Documentos Pessoais e laudos médicos: Certidão de nascimento ou casamento do incapaz, documentos de identidade, CPF e comprovantes de residência; Propositura da Ação no fórum da comarca onde reside o incapaz. Esta petição deve descrever a situação, indicar quem seria o curador e anexar os documentos e os laudos médicos, e indicar o pedido de curatela; Registro e Atualizações: Após a decisão, o curador deve registrar a sentença em cartório, se necessário, e realizar os atos administrativos e legais conforme as responsabilidades atribuídas pela curatela.

O QUE FAZER QUANDO DA MORTE DE UM PARENTE PRÓXIMO? O QUE É HERANÇA? QUEM PODE HERDAR? QUEM PODE SER EXCLUÍDO DA HERANÇA? O QUE ACONTECE COM AS DÍVIDAS DOS FALECIDOS?

O que é herança?

A herança é o conjunto de bens (Exemplo: casa, apartamento, sala, moveis da casa, veículos automotores; títulos de crédito, entre outros) direitos e obrigações deixados por uma pessoa falecida. A herança é transmitida aos herdeiros por meio do processo de inventário, que pode ser judicial ou extrajudicial, que visa a divisão e distribuição dos bens de acordo com a vontade do falecido (testamento) ou a legislação vigente em caso de ausência de testamento. A transferência dos bens se dá com o falecimento existindo a necessidade do inventário para se dá divisão.

O que é a sucessão, quando há o falecimento do esposo, companheiro ou parente?

Sucessão mortis causa, que ocorre após a morte da pessoa, envolve dois personagens principais: o falecido e o herdeiro. Constitui a transferência do patrimônio do falecido aos herdeiros e cônjuge ou companheiro. Em síntese, no geral, o estudo do Direito das Sucessões abrange a importância da transmissão de patrimônio após a morte, respeitando os direitos fundamentais e promovendo a continuidade das relações e do patrimônio da pessoa falecida para seus herdeiros.

Quem são os herdeiros que podem suceder?

As espécies de herdeiros são os necessários e os facultativos, a) os herdeiros necessários são os descendentes (filhos, netos), ascendentes (pais e avós -



só recebem na ausência dos primeiros) e o cônjuge ou companheiro(a). Questão interessante é que essa categoria de herdeiros não pode ser excluída por testamento, pois 50% do patrimônio tem que ser destinado a eles; b) Os herdeiros facultativos só receberão algo na ausência dos primeiros, podendo também ser excluídos por testamento. Conforme o art. 1.850 do Código Civil, os herdeiros facultativos incluem os parentes colaterais, como os irmãos, tios, primos, entre outros.

Quem pode ser excluído da sucessão?

No Brasil, algumas situações podem levar à exclusão de herdeiros da herança. A primeira é o autor da herança, falecido, ter deixado testamento deserdando o herdeiro, com base em determinadas justificativas previstas em lei, como por exemplo, ingratidão grave, tentativa de homicídio contra o autor da herança, entre outras causas. Salienta-se ser necessária a prova do fato atestado como gerador da deserdação. Outra situação seria por declaração judicial, atestando a indignidade do herdeiro, em razão de ter praticado atos que desabonam a sua conduta, como, por exemplo, ter cometido crime doloso contra o autor da herança. Também é possível a exclusão por motivo diverso das causas acima: Em algumas situações específicas, a lei pode prever a exclusão de herdeiros em casos de abandono, renúncia, entre outros motivos estabelecidos na legislação.

O que ocorre com as dívidas do falecido? O herdeiro terá que pagar?

A dívida não acaba com o falecimento do devedor. O dever deve ser quitado pelo administrador da herança, denominado inventariante, e o que sobrar dos bens será partilhado entre os herdeiros. Caso os bens do falecido não sejam suficientes para pagar os devedores, estes ficarão com o prejuízo, gerando como consequência o fato da inexistência de bens a partilhar. O interessante é que, neste caso, os parentes e o(a) cônjuge/companheira nada receberão, mas também não terão que pagar com seus bens os credores do falecido.

COMO CONSIGO INFORMAÇÕES DOS ENTES PÚBLICOS? COMO O CIDADÃO PODE ACOMPANHAR E CONTROLAR A ATUAÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS? O QUE É PORTAL DA TRANSPARÊNCIA?

O que é o Portal da Transparência?

O Portal da Transparência é uma ferramenta que permite ao cidadão acessar informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos, além de dados sobre programas, contratos, convênios, entre outros. É um instrumento essencial para o controle social.

O cidadão solicitou questionamentos via Portal da Transparência de um órgão público. Qual o prazo legal para que a administração pública cumpra essa solicitação?

O prazo máximo é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa expressa, conforme art. 11, § 1º e § 2º da Lei nº 12.527/2011.

Caso o órgão público negue o pedido de acesso à informação, o que o cidadão pode fazer?

O cidadão tem o direito de interpor recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que negou o acesso, no prazo de 10 dias a contar da ciência da decisão, conforme art. 15 da Lei nº 12.527/2011.

Se o cidadão não obtiver resposta ao seu pedido de informação, qual é instância superior a que ele pode recorrer?

O cidadão pode recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU) ou



ao órgão equivalente no âmbito estadual ou municipal, conforme art. 16 da Lei nº 12.527/2011.

A administração pública pode cobrar pelo fornecimento das informações solicitadas pelo cidadão?

As informações devem ser fornecidas gratuitamente, salvo se houver necessidade de reprodução de documentos, quando poderá ser cobrado apenas o valor necessário para cobrir os custos dos serviços e materiais, conforme art. 12 da Lei nº 12.527/2011.

Quais são as penalidades para o servidor público que se recusa a fornecer as informações solicitadas sem justificativa legal?

O servidor pode responder por improbidade administrativa, conforme art. 32 da Lei nº 12.527/2011, sendo passível de sanções que incluem advertência, suspensão e até demissão, além de responder por eventuais danos causados ao erário.

Como o cidadão pode acompanhar a execução orçamentária do seu município?

O cidadão pode consultar o Portal da Transparência da União, do estado ou do município, onde estão disponibilizados os dados sobre receitas, despesas e execução de programas. Além disso, pode participar de audiências públicas sobre o orçamento e fiscalizar a aplicação dos recursos.

É possível solicitar informações sobre contratos e convênios firmados pela administração pública?

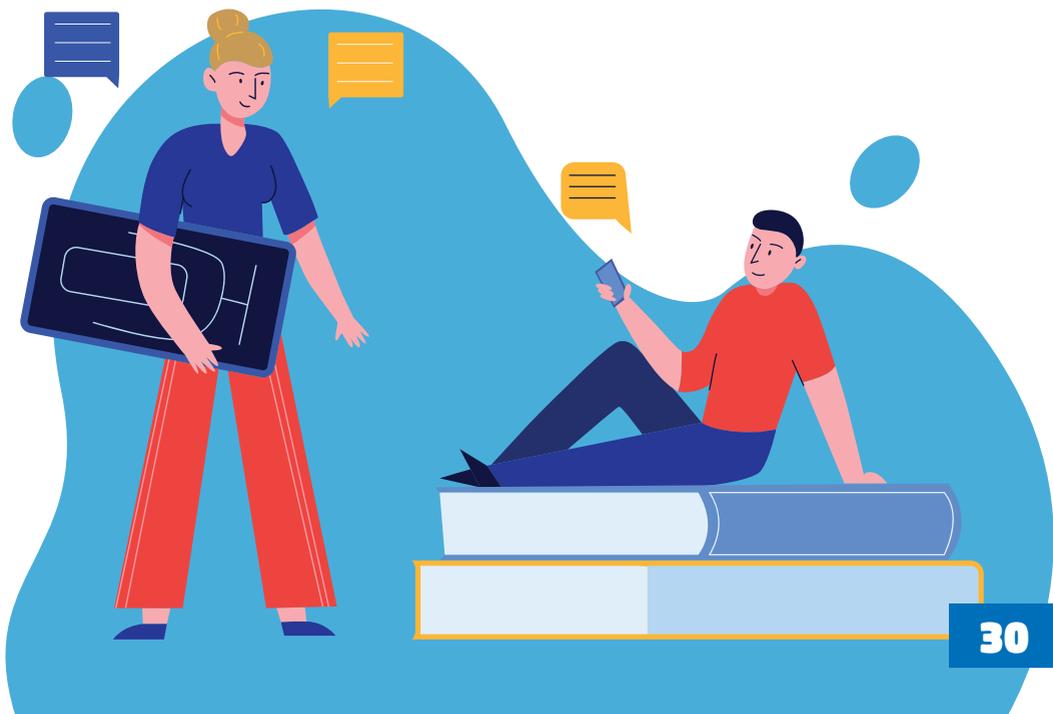
Sim, o cidadão tem o direito de acessar informações detalhadas sobre contratos e convênios firmados pela administração pública, conforme o princípio da publicidade previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 12.527/2011.

O que fazer se a administração pública não publicar informações obrigatórias em seu site ou Portal da Transparência?

O cidadão pode denunciar o descumprimento da obrigação de transparência aos órgãos de controle interno ou externo, como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas ou o Ministério Público, que podem adotar as medidas cabíveis para garantir a publicidade das informações.

Qual a importância do controle social para a boa administração pública?

O controle social é essencial para garantir a transparência, eficiência e probidade na gestão pública. A participação ativa do cidadão no acompanhamento das políticas públicas e na fiscalização dos atos administrativos contribui para a prevenção da corrupção e o aprimoramento dos serviços públicos.



O CIDADÃO COMO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. O QUE SÃO SERVIÇOS PÚBLICOS? QUAIS OS DIREITOS DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS? COMO RESOLVER CONFLITOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

O que são serviços públicos?

Serviços públicos são atividades desempenhadas diretamente pela Administração Pública ou por seus delegados, destinadas a satisfazer necessidades essenciais ou coletivas da sociedade, como os serviços de transporte público, iluminação pública, saúde, saneamento básico, segurança pública, educação pública etc.

Quais são os principais direitos dos usuários de serviços públicos?

Os principais direitos dos usuários de serviços públicos, conforme a Lei nº 13.460/2017, incluem:

1. Qualidade: Direito a receber serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos.
2. Informação: Direito a ser informado sobre o serviço, suas condições, custos e formas de acesso.
3. Igualdade e Cortesia: Direito a ser atendido com respeito, sem discriminação e com tratamento digno.
4. Participação e Controle: Direito a participar da avaliação dos serviços, apresentar sugestões, reclamações e acompanhar as decisões sobre o serviço.
5. Responsabilização: Direito a obter respostas adequadas e em tempo hábil às suas demandas, e a ter reparação em caso de falhas ou danos causados pelo serviço.

O que a Lei de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (Lei nº 13.460/2017) garante aos cidadãos?

A Lei nº 13.460/2017 estabelece normas para a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos. Ela garante que os cidadãos possam:

- Reclamar sobre falhas ou problemas nos serviços prestados;
- Participar de conselhos de usuários e audiências públicas;
- Receber informação clara e acessível sobre os serviços;
- Ser tratados com igualdade e respeito por servidores públicos e prestadores de serviços;
- Acessar ouvidorias para registrar reclamações, sugestões ou elogios.

O cidadão pode requerer a criação de uma linha de ônibus para seu bairro?

Sim. Esse requerimento deve ser dirigido à secretaria de transportes do município ou ao órgão responsável pelo transporte público, conforme disposto no art. 14, II, da Lei 12.587/2012. No entanto, a viabilidade da solicitação será analisada por técnicos especializados na área.

Como os usuários podem apresentar reclamações sobre serviços públicos?

Os usuários podem apresentar reclamações sobre serviços públicos por meio de canais como:

- Ouvidorias: Em órgãos públicos e empresas concessionárias de serviços públicos;
- Procons: Que atuam na defesa dos direitos do consumidor, inclusive em relação a serviços públicos;
- Agências Reguladoras: Que fiscalizam a prestação de serviços públicos delegados;
- Internet: Por meio de portais eletrônicos das instituições e aplicativos específicos.

O que é uma Ouvidoria e qual sua função no atendimento aos usuários de serviços públicos?

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre os cidadãos e a Administração Pública, destinado a receber, examinar e encaminhar sugestões, reclamações, denúncias, elogios e pedidos de informação sobre os serviços públicos. Sua função é garantir que as demandas dos usuários sejam respondidas e que haja melhorias contínuas na prestação dos serviços.

Quais são os deveres dos usuários de serviços públicos?

Os usuários de serviços públicos também têm deveres, como:

- Utilizar os serviços de forma consciente e conforme as regras estabelecidas;
- Colaborar com os prestadores de serviços para a boa execução dos serviços;
- Respeitar servidores e outros usuários durante a utilização dos serviços;
- Cumprir com as obrigações legais associadas ao uso de determinados serviços, como o pagamento de tarifas ou taxas quando aplicável.

Como os usuários podem acessar informações sobre os serviços públicos

Os usuários podem acessar informações sobre os serviços públicos utilizando:

- Portais de transparência disponibilizados na internet pelas entidades públicas;
- Ouvidorias e centrais de atendimento ao público;
- Solicitações de informação com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);
- Editais, manuais e cartilhas que detalham o funcionamento dos serviços.



O que é o Conselho de Usuários e qual sua importância

O Conselho de Usuários é um órgão consultivo formado por representantes dos usuários e da Administração Pública, destinado a avaliar a qualidade dos serviços prestados e propor melhorias. Sua importância reside na participação direta dos cidadãos no processo de gestão e fiscalização dos serviços públicos, assegurando que as necessidades e expectativas dos usuários sejam consideradas.

Quais são as medidas de responsabilização quando um serviço público não é prestado adequadamente?

Quando um serviço público não é prestado adequadamente, o usuário pode exigir:

- Respostas e correções imediatas do prestador de serviço;
- Indenização por danos materiais ou morais causados pela falha no serviço;
- Adoção de medidas corretivas pela Administração Pública ou pela empresa concessionária;
- Averiguação e sanção de responsáveis por negligência ou má prestação do serviço, por meio de denúncias a órgãos de controle como o Ministério Público ou Agências Reguladoras.

Como o cidadão pode contribuir para a melhoria dos serviços públicos?

O cidadão pode contribuir para a melhoria dos serviços públicos ao:

- Participar ativamente em conselhos de usuários e audiências públicas;
- Apresentar sugestões e reclamações através das ouvidorias e outros canais competentes;
- Exercer o controle social, fiscalizando a qualidade e a transparência na prestação dos serviços;
- Apoiar e divulgar boas práticas e experiências positivas no uso dos serviços públicos;

- Engajar-se em movimentos sociais e associações que promovem a defesa dos direitos dos usuários.

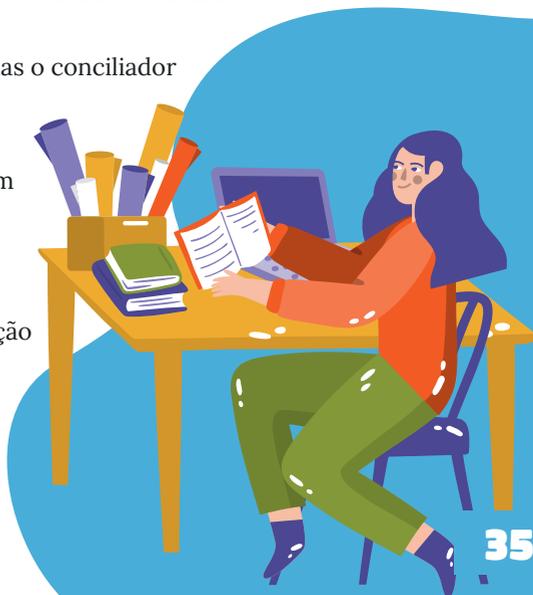
O que são meios consensuais de resolução de conflitos?

Meios consensuais de resolução de conflitos são métodos que buscam solucionar disputas por meio de acordos mútuos entre as partes envolvidas, sem recorrer à imposição de decisões judiciais. Esses métodos enfatizam a colaboração e o entendimento entre as partes, visando à resolução pacífica e satisfatória dos conflitos.

Quais são os principais meios consensuais de resolução de conflitos usados pela Administração Pública?

Os principais meios consensuais de resolução de conflitos utilizados pela Administração Pública incluem:

1. **Mediação:** Processo em que um mediador neutro ajuda as partes a encontrar uma solução consensual para o conflito. Na administração pública, a mediação pode ser aplicada em disputas entre órgãos públicos e cidadãos ou entre entidades públicas e empresas.
2. **Conciliação:** Semelhante à mediação, mas o conciliador pode sugerir soluções para as partes. É comum em questões administrativas onde o conciliador atua para encontrar um acordo que satisfaça ambas as partes.
3. **Negociação:** Processo direto em que as partes envolvidas discutem e acordam sobre a solução do conflito. A Administração Pública pode utilizar a negociação para resolver questões relacionadas a contratos, licitações e outras áreas administrativas.



Como funciona a mediação na Administração Pública?

A mediação na Administração Pública envolve a participação de um mediador neutro que facilita a comunicação entre as partes em disputa. O mediador ajuda a identificar interesses comuns e explorar soluções que possam ser aceitas por ambas as partes, promovendo um acordo que resolve o conflito de forma amigável e eficiente.

Quais são os benefícios da mediação e conciliação na Administração Pública

Os benefícios da mediação e conciliação na Administração Pública incluem:

- Redução de Conflitos: Solução mais rápida e menos formal em comparação com processos judiciais.
- Economia de Recursos: Menor custo e menor demanda por recursos judiciais.
- Satisfação das Partes: Acordos mais satisfatórios, pois são fruto de consenso e negociação direta.

O que é a arbitragem e como ela se aplica aos contratos administrativos?

Na arbitragem, em vez de recorrer ao Judiciário, os interessados escolhem um árbitro ou painel de árbitros para decidir sobre o conflito. No contexto de contratos administrativos, a arbitragem é utilizada para resolver disputas entre a Administração Pública e os contratantes, especialmente em contratos que preveem a cláusula compromissória. As decisões arbitrais são vinculativas e devem ser cumpridas pelas partes envolvidas, não cabendo recurso da decisão do árbitro para o Judiciário. A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade. (Art. 2º, § 3º, da Lei 9.307/96).



Em que situações a Administração Pública pode utilizar a negociação para resolver conflitos?

A Administração Pública pode utilizar a negociação para resolver conflitos em diversas situações, como:

- **Contratos e Licitações:** Resolução de disputas relacionadas a contratos administrativos ou processos licitatórios.
- **Reclamações de Cidadãos:** Negociação para atender reclamações ou solicitações de serviços públicos.
- **Parcerias e Convênios:** Resolução de questões emergentes em parcerias público-privadas e convênios.

Quais são os desafios enfrentados na implementação dos meios consensuais de resolução de conflitos na Administração Pública?

Os desafios na implementação desses meios podem incluir:

- **Resistência das Partes:** Falta de disposição para negociar ou colaborar.
- **Falta de Formação:** Necessidade de capacitação de servidores para atuar como mediadores ou conciliadores.
- **Legislação:** Necessidade de adaptar normas e regulamentos para incorporar métodos consensuais de forma eficaz.
- **Recursos:** Disponibilidade de recursos e infraestrutura para apoiar os processos consensuais.

Como a Administração Pública pode promover a cultura de resolução consensual de conflitos?

Para promover a cultura de resolução consensual de conflitos, a Administração Pública pode:

- Capacitar Servidores: Oferecer treinamento e desenvolvimento para servidores em mediação, conciliação e negociação.
- Incluir Cláusulas Contratuais: Incorporar cláusulas de mediação e arbitragem em contratos administrativos.
- Estabelecer Políticas: Criar políticas e procedimentos que incentivem a resolução consensual de conflitos.
- Promover a Transparência: Divulgar informações sobre os métodos consensuais e suas vantagens para o público e para os envolvidos em conflitos.

Quais são as diferenças entre mediação e conciliação?

A principal diferença entre mediação e conciliação está no papel do terceiro neutro:

- Mediação: O mediador facilita a comunicação e ajuda as partes a encontrar uma solução por conta própria, sem sugerir soluções.
- Conciliação: O conciliador pode sugerir soluções e propor acordos para resolver o conflito.

Como a utilização de meios consensuais pode impactar a eficiência da Administração Pública?

A utilização de meios consensuais pode melhorar a eficiência da Administração Pública ao:

- Reduzir o Tempo de Resolução: Conflitos são resolvidos mais rapidamente do que por meio de processos judiciais.
- Diminuir Custos: Menor custo administrativo e jurídico.
- Melhorar Relações: Promoção de soluções que preservam ou melhoram as relações entre as partes envolvidas.
- Aumentar a Satisfação: Oferece soluções mais adaptadas às necessidades e expectativas das partes.

QUAIS OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES? QUAIS OS ORGÃOS QUE PROTEGEM OS CONSUMIDORES? ONDE É POSSÍVEL FAZER RECLAMAÇÃO? O QUE É VENDA CASADA? TENHO DIREITO À ME ARREPENDER DA COMPRA DE PRODUTO? O QUE SÃO INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA? O QUE É CARTEL? QUAL A FUNÇÃO DO CADE?

Onde estão previstos os direitos dos consumidores e como posso sabê-los no ato da compra de um bem ?

Os direitos e deveres dos consumidores estão previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Obrigatoriamente, os estabelecimentos devem possuir um exemplar do CDC visível e ao alcance de seus clientes, os quais poderão utilizá-lo sempre que acharem necessário. Todo e qualquer produto deve conter informações claras e precisas, em linguagem simples e de fácil compreensão, quanto a sua quantidade, peso, composição, preço, riscos que apresenta e modo de utilização. O mesmo se aplica a descrição de serviços contratados.

Além do PROCON e da Defensoria Pública, existe alguma plataforma onde o consumidor possa fazer reclamação?

O Consumidor.gov.br é um serviço público e gratuito que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução alternativa de conflitos de consumo pela internet. A utilização desse serviço pelos consumidores se dá sem prejuízo ao atendimento realizado pelos canais tradicionais de atendimento do Estado providos pelos Procons Estaduais e Municipais, Defensorias Públicas, Ministério Público e Juizados Especiais Cíveis.



O que devo fazer se o preço divulgado na oferta não é o mesmo que consta da etiqueta do produto?

Salvo casos de erros grosseiros e de fácil percepção, as ofertas divulgadas devem ser respeitadas, podendo o consumidor exigir que o que foi anunciado seja cumprido. Havendo preços diferentes na etiqueta do produto e na propaganda da loja, por exemplo, o consumidor pode exigir que lhe seja cobrado apenas o menor preço

Restaurantes e bares podem exigir consumação mínima? Ou exigir valor mínimo para pagamento em cartão?

O estabelecimento não pode fixar um valor mínimo para as compras pagas no cartão. Ele pode, porém, optar por não receber pagamento por essa modalidade. Da mesma forma, restaurantes e bares não podem exigir consumação mínima nem cobrar pelo “desperdício”.

Ao comprar um produto na internet, posso me arrepender e devolver se não tiver usado? Qual o prazo?

Para as compras feitas à distância – como, por exemplo, por telefone ou internet –, o consumidor tem até 7 (sete) dias para se arrepender da compra. Nesse caso, tem direito a restituir os valores desembolsados mediante a devolução do produto comprado.

É possível condicionar a compra de produto/serviço à aquisição de outro?

A chamada venda casada não é permitida. O estabelecimento não pode condicionar a compra de um produto/serviço à aquisição de outro. Assim, o consumidor não é obrigado, por exemplo, a contratar seguro quando faz um cartão de crédito ou compra uma passagem rodoviária.

Perdi a comanda do restaurante ou quebrei um objeto da loja. Sou obrigado a pagar pelo extravio e dano do produto?

O risco inerente ao empreendimento não pode ser direcionado ao consumidor. Logo, o consumidor não é obrigado a pagar multa caso perca a comanda do restaurante nem a pagar pelo produto que tenha quebrado na loja, a não ser que o local tenha colocado avisos do tipo “Proibido tocar” ou “Cuidado: peça frágil”.

Adquiri um produto defeituoso, tenho direito à troca ou restituição do valor ?

Por força de lei, os produtos/serviços perecíveis (não duráveis) têm garantia de 30 (trinta) dias e os duráveis, de 90 (noventa). Aparecendo algum defeito nesse período, o consumidor poderá solicitar o conserto do produto, sua troca ou, até mesmo, desfazer a compra e receber todo o valor gasto até então. Esse prazo somente se inicia a partir do momento em que o consumidor descobre o defeito.

Fiquei desempregado e não tenho condições de arcar com as dívidas que adquiri quando tinha a renda de meu emprego, posso renegociar?

A Lei 14.181/2021 alterou o CDC, que agora prevê em seu artigo 54-A que se entende por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial. O artigo 104-A prevê que a requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória.



Fui cobrado por uma dívida que não é minha, o que posso fazer?

Caso uma loja ou banco cobrem algum valor indevido do consumidor, esse deverá ser restituído em dobro, conforme art. 42 do CDC. Contudo, na hipótese de o consumidor não chegar a pagar a cobrança, não poderá exigir essa indenização

Quais as entidades e órgãos que compõem a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência?

De acordo com o artigo 3º da Lei 12.529/2011, é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Quais as condutas que constituem infração à ordem econômica

O artigo 36 da Lei 12.529/11 elenca algumas condutas que podem caracterizar infração à ordem econômica, na medida em que tenham por objeto ou possam produzir efeitos anticoncorrenciais (§3º). Esse dispositivo estabelece uma lista exemplificativa de condutas:

- Acordos de exclusividade;
- Abuso de posição dominante;
- Sham Litigation;
- Cartel;
- Cartel em licitações;
- Preços predatórios;
- Restrições territoriais e de base de clientes;
- Venda casada;
- Recusa de contratar;
- Criar dificuldades ao concorrente;
- Cartel internacional;
- Influência de conduta uniforme;
- Fixação de preços de revenda;

O que se entende por CARTEL?

Formação de cartel é crime. O cartel é um acordo de cooperação entre empresas que buscam controlar um mercado, determinando os preços e limitando a concorrência, ocasionando sérios danos estruturais para a economia nacional.

Qual a importância do CADE ?

O CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - zela pela livre concorrência, evitando que as empresas manipulem o mercado e combinem preços. Atua preventivamente nos atos de concentração de empresas, como a fusão, por exemplo.



QUAIS OS DIREITOS BÁSICOS DOS TRABALHADORES? O QUE É E QUAL A IMPORTÂNCIA DA CARTEIRA DE TRABALHO? O QUE É FGTS E QUANDO POSSO UTILIZAR OS RECUSOS LÁ DISPONÍVEIS? O QUE É DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA? ONDE POSSO DENUNCIAR OFENSAS AOS MEUS DIREITOS TRABALHISTAS?

Quais os direitos básicos dos trabalhadores?

Todo trabalhador que tem a Carteira de Trabalho assinada tem alguns direitos garantidos por lei, como:

Carteira Assinada: O empregador deve registrar o contrato de trabalho.

Salário Mínimo: O salário nunca pode ser menor do que o mínimo definido pelo governo.

Jornada de Trabalho: A carga de trabalho geralmente é de 8 horas por dia, totalizando 44 horas por semana. Horas extras devem ser pagas com valor adicional.

Horas Extras: Quando você trabalha além da sua jornada, deve receber um extra de, no mínimo, 50% a mais por hora trabalhada.

Descanso: Todo trabalhador tem direito a um dia de folga por semana, preferencialmente no domingo

Férias: A cada 12 meses de trabalho, você tem direito a 30 dias de férias, com um adicional de 1/3 do salário.

13º Salário: No final do ano, você recebe um salário extra, o chamado 13º salário

FGTS: O patrão deposita um valor mensal em uma conta para você, que pode ser sacado em algumas situações, como demissão sem justa causa.

Licença-Maternidade e Licença-Paternidade: Garantias para pais e mães ficarem com seus filhos após o nascimento.

Aviso Prévio: Quando o contrato de trabalho termina, o empregador ou o empregado deve avisar com antecedência.

Seguro-Desemprego: Se você for demitido sem justa causa, pode receber um auxílio enquanto procura outro emprego.

O que é carteira de trabalho e porque ela é importante?

A Carteira de Trabalho é um documento que registra todo o seu histórico de empregos e garante que seus direitos sejam respeitados. Sem ela, fica difícil comprovar seu tempo de serviço e acessar benefícios como FGTS e aposentadoria.

O que é FGTS? Quando posso utilizar esse dinheiro?

O FGTS é um fundo que o patrão deposita mensalmente para você, como uma poupança. Você pode sacar esse dinheiro em algumas situações, como: Se for demitido sem justa causa; para comprar uma casa; ao se aposentar e em casos de doenças graves

Quais os direitos em relação às férias?

Depois de um ano de trabalho, você tem direito a 30 dias de férias, com um pagamento extra de 1/3 do seu salário normal. As férias podem ser divididas em até três períodos, mas um deles precisa ter pelo menos 14 dias corridos.

O que é o 13º Salário e como ele é pago?

O 13º salário é um dinheiro extra que você recebe no final do ano. Ele é calculado como 1/12 do seu salário por mês trabalhado. Normalmente, ele é pago em duas partes: uma até 30 de novembro e outra até 20 de dezembro.

Quais os direitos das mães e pais trabalhadores?

Licença-Maternidade: As mães têm direito a ficar 120 dias em casa com seus bebês, recebendo o salário integral. Algumas empresas oferecem até 180 dias.

Licença-Paternidade: Os pais têm direito a 5 dias de folga, mas em algumas empresas esse tempo pode chegar a 20 dias.

O que é aviso prévio e como funciona?

O aviso prévio é uma comunicação antecipada de que o contrato de trabalho vai acabar. Se o empregador ou o empregado não quiser continuar, precisa avisar com pelo menos 30 dias de antecedência. Esse tempo aumenta em 3 dias por cada ano de trabalho na mesma empresa, até o máximo de 90 dias.

O que é demissão por justa causa?

Justa causa é quando o trabalhador comete uma falta grave e o empregador decide demitir sem pagar alguns direitos, como aviso prévio e 13º salário proporcional. Exemplos de justa causa incluem roubo, desídia (falta de compromisso com o trabalho), entre outros.

Quais os direitos de quem trabalha temporariamente ou em jornada parcial?

Trabalho Temporário: Quem trabalha temporariamente também tem direitos, como salário, férias e 13º salário proporcionais ao tempo trabalhado.

Trabalho a Tempo Parcial: Para quem trabalha menos de 30 horas por semana, os direitos são proporcionais à carga horária, incluindo férias e FGTS.



Como posso denunciar quando meus direitos não são respeitados?

Se seus direitos não estão sendo cumpridos, você pode:

Procurar o Sindicato: Muitas vezes, eles podem ajudar a resolver o problema.

Denunciar ao Ministério do Trabalho: Você pode fazer isso na Superintendência Regional do Trabalho.

Procurar um Advogado: Um especialista pode orientar você sobre como proceder.



O QUE É ASSÉDIO MORAL? COMO COMBATÊ-LO E DENUNCIÁ-LO? O QUE É ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO? COMO COMBATÊ-LO E DENUNCIÁ-LO? O QUE É DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DO TRABALHO?

O que é assédio moral no trabalho?

Assédio moral é quando alguém, de forma repetitiva, pratica ações abusivas como humilhar, ofender ou diminuir outra pessoa no ambiente de trabalho. Isso pode afetar tanto a saúde mental quanto o desempenho profissional da vítima.

Quais são exemplos de assédio moral?

Exemplos incluem gritar ou falar de forma desrespeitosa, espalhar boatos ofensivos, exigir tarefas impossíveis ou desnecessárias, e criticar constantemente a vida pessoal ou profissional de alguém.

O que diferencia assédio moral de uma cobrança justa no trabalho?

Assédio moral envolve atitudes repetitivas e abusivas, que visam prejudicar a pessoa. Já uma cobrança justa ocorre quando o empregador exige que as tarefas sejam realizadas corretamente, sem humilhações ou abuso.

O que é assédio sexual no ambiente de trabalho?

Assédio sexual é qualquer conduta de cunho sexual, como palavras, gestos ou contatos físicos, que sejam indesejados e causem constrangimento ou intimidação.

Como posso identificar o assédio sexual?

Pode-se identificar o assédio sexual através de comportamentos como insinuações,

piadas de conteúdo sexual, toques indesejados, ou pressão para participar de encontros ou saídas.

O que devo fazer se sofrer assédio moral ou sexual no trabalho?

É importante não se calar. Relate o ocorrido a um colega de confiança, familiares e use os canais de denúncia disponíveis na sua empresa ou instituição, que garantem o sigilo das informações.

O que é discriminação no ambiente de trabalho

Discriminação é qualquer tratamento desigual ou excludente baseado em características pessoais, como raça, cor, sexo, orientação sexual, idade ou deficiência.

Quais são exemplos de discriminação?

Exemplos de discriminação incluem comentários ou piadas preconceituosas, negar promoções por motivos pessoais e expor alguém a situações humilhantes devido a sua raça, gênero ou qualquer outra característica pessoal

Como posso denunciar casos de assédio ou discriminação?

Utilize os canais de denúncia disponíveis, como a Ouvidoria ou comissões específicas na sua instituição. Esses canais garantem o sigilo e a proteção de quem denuncia.

Por que é importante combater o assédio e a discriminação

Combater o assédio e a discriminação é essencial para garantir um ambiente de trabalho saudável, seguro e respeitoso para todos, promovendo a dignidade e o bem-estar de todos os colaboradores.

O QUE É INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL? COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL INTERFERE NA NOSSA VIDA? A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE SER DISCRIMINATÓRIA? O QUE É LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL?

O que é inteligência artificial (IA)

Inteligência Artificial (IA) é uma área da ciência da computação que cria máquinas e softwares capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Isso inclui atividades como aprender com experiências (sem ser programado para cada detalhe), entender e responder a linguagem humana, reconhecer imagens ou sons, tomar decisões e resolver problemas. Um exemplo simples de IA é o assistente virtual do seu celular, que pode responder perguntas e ajudar com tarefas, como marcar compromissos ou enviar mensagens, tudo com base no entendimento do que você fala ou digita. Em resumo, a IA busca fazer com que máquinas "pensem" e ajam de maneira inteligente, ajudando as pessoas em diversas áreas do dia a dia.

O que é uma relação jurídica?

Uma relação jurídica é um vínculo ou uma conexão entre duas ou mais pessoas, estabelecido e regulado por normas de direito. Em termos simples, é como um "acordo" que envolve direitos e deveres para os envolvidos. Por exemplo, quando você compra algo em uma loja, surge uma relação jurídica entre você e o vendedor: você tem o direito de receber o produto, e o vendedor tem o dever de entregá-lo; ao mesmo tempo, o vendedor tem o direito de receber o pagamento, e você tem o dever de pagá-lo. Esse tipo de relação é regulado por leis, garantindo que todos cumpram suas obrigações e possam exigir seus direitos.



Como as relações jurídicas são afetadas pela IA?

Com a IA cada vez mais presente em áreas como contratos, atendimento ao cliente e decisões automatizadas, as relações jurídicas podem mudar em alguns aspectos. Por exemplo, se uma empresa usa um sistema de IA para tomar decisões de crédito ou oferecer serviços, essa IA precisa seguir regras e leis, assim como um humano faria.

Além disso, se uma decisão automatizada causar algum problema, como a negativa injusta de um crédito, pode haver discussões sobre quem é responsável: a empresa que usou a IA ou a IA em si. Assim, a introdução da IA nas relações jurídicas traz novas questões sobre responsabilidade, direitos e deveres, que precisam ser ajustadas à medida que a tecnologia avança.

Como a IA se relaciona com a proteção de dados

A Inteligência Artificial (IA) e a proteção de dados estão estreitamente conectadas, pois a IA muitas vezes depende de grandes quantidades de dados pessoais para funcionar. Por exemplo, quando você usa um serviço de streaming que recomenda filmes ou músicas, o sistema de IA analisa seus dados, como o que você assistiu ou ouviu antes, para fazer sugestões personalizadas. Isso significa que a IA precisa acessar e processar informações pessoais para ser eficaz.

Qual é a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para a IA?

A coleta e uso de dados devem seguir leis de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. Essas leis garantem que seus dados sejam usados de forma segura e justa, e que você tenha controle sobre suas informações pessoais. As empresas que utilizam IA devem garantir que os dados coletados sejam protegidos contra acessos não autorizados, não sejam usados para fins diferentes dos acordados, e que você saiba como seus dados estão sendo utilizados. Em resumo, a IA pode melhorar muitos serviços ao usar dados pessoais, mas isso deve ser feito com cuidado para proteger sua privacidade e segurança.

A IA pode ser discriminatória?

Sim, a Inteligência Artificial (IA) pode ser discriminatória, e isso acontece quando ela toma decisões ou faz previsões que favorecem ou desfavorecem injustamente certos grupos de pessoas. Isso ocorre porque a IA aprende a partir de dados que são fornecidos a ela, e se esses dados contêm preconceitos ou informações distorcidas, a IA pode acabar reproduzindo essas desigualdades. Por isso, é importante que os sistemas de IA sejam cuidadosamente projetados e testados para garantir que sejam justos e imparciais, e que qualquer potencial de discriminação seja identificado e corrigido. Assim, a IA pode ser usada de forma mais ética e igualitária.

Como a IA pode ser discriminatória nas relações de trabalho?

A Inteligência Artificial (IA) pode ser discriminatória nas relações de trabalho se tomar decisões baseadas em dados históricos que contenham preconceitos. Por exemplo, se uma IA usada para selecionar candidatos foi treinada com dados de contratações passadas que favoreceram homens, ela pode continuar a favorecer homens nas novas seleções, mesmo sem intenção consciente de discriminação. Isso pode acontecer em várias etapas, como na análise de currículos, promoções ou demissões. Por isso, é essencial que as empresas revisem e ajustem seus sistemas de IA para garantir que as decisões sejam justas e livres de discriminação.

A IA já afeta decisões judiciais?

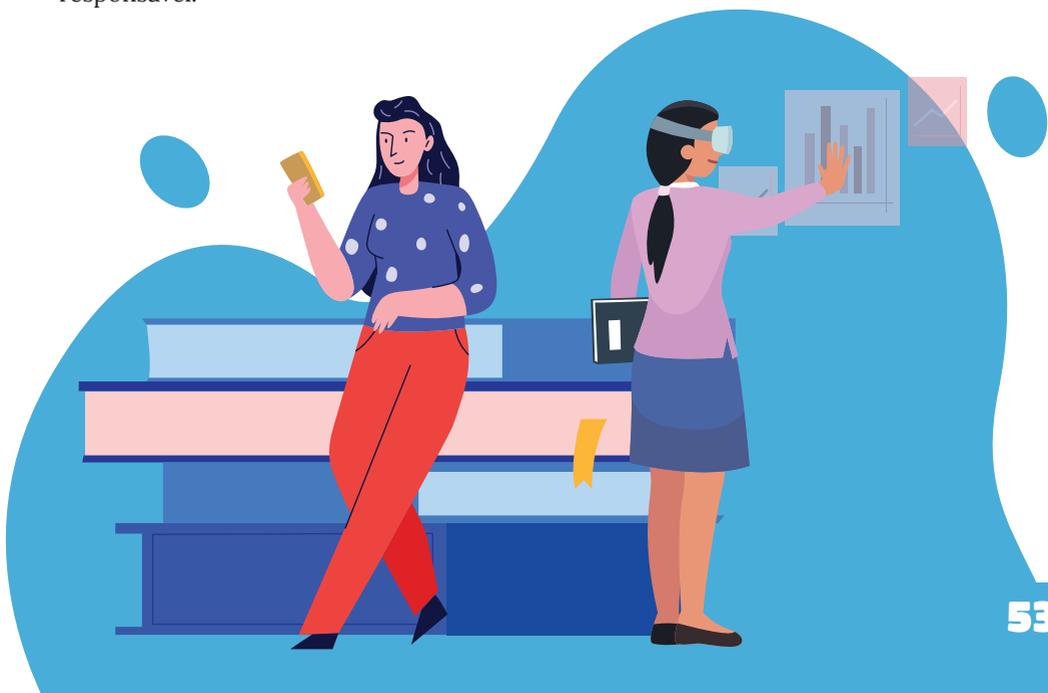
Sim, a Inteligência Artificial (IA) já está começando a afetar decisões judiciais em alguns países, mas de forma controlada. Em alguns casos, a IA é usada para ajudar juízes e advogados a analisar grandes volumes de informações, como documentos legais e precedentes, tornando o processo mais rápido e eficiente. Por exemplo, a IA pode ajudar a prever o resultado de um caso com base em decisões passadas ou sugerir a pena para um réu

A IA substitui um juiz?

É importante entender que a IA não substitui o juiz. Ela é uma ferramenta que pode ajudar na tomada de decisão, mas a decisão final ainda é feita por uma pessoa. Há também debates sobre o uso da IA nas decisões judiciais, especialmente quanto à possibilidade de ela trazer vieses ou erros, por isso seu uso é cuidadosamente monitorado e regulado para garantir que a justiça seja feita de maneira justa e imparcial.

Qual é a importância da intervenção humana para IA?

A intervenção humana é essencial para garantir que a Inteligência Artificial (IA) funcione de maneira correta e justa. As pessoas são responsáveis por programar, treinar e ajustar a IA, garantindo que ela não cometa erros ou tome decisões injustas. Em áreas sensíveis, como decisões judiciais ou diagnósticos médicos, os humanos revisam as sugestões da IA para assegurar que as decisões sejam éticas e precisas. Em resumo, a intervenção humana garante que a IA seja usada de forma segura e responsável.



O QUE É REGULAÇÃO? O QUE É AUTORREGULAÇÃO E COMO PODE OCORRER? QUAL A SUA IMPORTÂNCIA? É POSSÍVEL AUTORREGULAÇÃO TRANSNACIONAL? QUAL A RELAÇÃO DA AUTORREGULAÇÃO COM O DIREITO DESPORTIVO? QUAL A RELAÇÃO DA AUTORREGULAÇÃO COM AS REDES SOCIAIS?

O que é regulação?

Regulação é o conjunto de regras e normas estabelecidas pelo governo ou por autoridades específicas para orientar e controlar o funcionamento de certas atividades ou setores. Essas regras existem para garantir que tudo funcione de maneira justa, segura e ordenada, protegendo o bem-estar das pessoas e o interesse social. Por exemplo, a regulação no setor de saúde define como hospitais e médicos devem agir para garantir um atendimento de qualidade e seguro para os pacientes. No setor financeiro, as regras ajudam a proteger os clientes e manter a estabilidade do sistema. Em resumo, a regulação serve para garantir que empresas e pessoas sigam padrões que beneficiem a sociedade como um todo.

O que é autorregulação?

Autorregulação é quando uma indústria, setor ou grupo de empresas cria e segue suas próprias regras e padrões de funcionamento, sem a necessidade de intervenção direta do governo ou de autoridades externas. Em vez de esperar que as leis sejam impostas de fora, as próprias empresas estabelecem normas para garantir que seus produtos ou serviços sejam oferecidos de maneira ética, segura e justa.

Como a autorregulação pode ser importante?

Em um setor como o de publicidade, por exemplo, as empresas podem criar um código de conduta para garantir que os anúncios sejam honestos e não enganem os consumidores. A autorregulação é importante porque permite que as empresas

adaptem as regras às realidades específicas do seu mercado, muitas vezes de maneira mais rápida e eficiente do que as regulações governamentais. No entanto, para que funcione bem, a autorregulação precisa ser transparente e comprometida com a proteção dos interesses dos consumidores e do público em geral.

É possível uma autorregulação transnacional?

A autorregulação pode funcionar de modo transnacional quando empresas ou setores de diferentes países se unem para criar e seguir regras comuns que se aplicam globalmente. Isso é importante em um mundo onde muitos negócios e transações acontecem entre países, como no caso de empresas de tecnologia, redes sociais ou comércio eletrônico, que operam em várias partes do mundo.

Como relacionar o direito desportivo com a autorregulação?

No direito desportivo, a autorregulação desempenha um papel fundamental, pois muitas vezes são as próprias entidades esportivas, como federações e ligas, que criam e aplicam as regras e normas que governam o esporte. Essas entidades estabelecem regulamentos sobre como as competições devem ser organizadas, como os atletas devem se comportar e quais são as penalidades para quem não segue as regras. A FIFA, que é a federação internacional de futebol, cria regras que se aplicam a todas as competições de futebol ao redor do mundo, como as regras do jogo, regulamentos de transferências de jogadores e normas de conduta para clubes e atletas

Um tribunal nacional consegue anular uma decisão de uma autoridade desportiva transnacional?

Em geral, um tribunal nacional não pode anular diretamente uma decisão de uma autoridade desportiva transnacional, como a FIFA ou o Comitê Olímpico Internacional. Essas organizações têm suas próprias regras e sistemas de justiça, e as decisões que elas tomam normalmente são vinculantes para os membros, clubes e atletas de todo o mundo.

Como YouTube, Instagram, Twitter e TikTok podem ser também fazer uso da autorregulação?

YouTube, Instagram, Twitter e TikTok fazem uso da autorregulação criando e aplicando suas próprias regras para gerenciar o conteúdo e o comportamento dos usuários. Eles estabelecem diretrizes sobre o que pode ser postado, moderam perfis e comentários, e usam sistemas de IA e equipes humanas para monitorar o cumprimento dessas regras. Além disso, oferecem ferramentas para que os usuários denunciem conteúdo inadequado e publicam relatórios de transparência sobre suas ações. Essa autorregulação permite que as plataformas mantenham um ambiente seguro e adequado, ajustando suas políticas de acordo com as leis locais e as necessidades da comunidade.

É possível relacionar compliance com autorregulação?

Sim, compliance e autorregulação estão relacionados porque ambos envolvem a criação e aplicação de regras para garantir práticas éticas e legais. Enquanto compliance é sobre uma empresa seguir leis e normas através de políticas internas, autorregulação ocorre quando um setor cria e segue suas próprias regras. Compliance pode ser uma parte essencial da autorregulação, ajudando a garantir que essas regras sejam efetivamente seguidas dentro do setor.

Quais são os riscos com a autorregulação transnacional?

A autorregulação transnacional, onde empresas ou setores globais criam e seguem suas próprias regras, pode apresentar alguns riscos para o Estado. Um dos principais riscos é que essas regras sejam menos rigorosas do que as leis locais, o que pode enfraquecer a proteção aos consumidores, trabalhadores ou ao meio ambiente. Se as empresas seguirem apenas



suas próprias normas, elas podem evitar algumas das responsabilidades que as leis nacionais exigem. Outro risco é a perda de controle do Estado sobre questões importantes dentro do seu próprio território. Quando empresas transnacionais se autorregulam, elas podem decidir regras que não levam em conta as necessidades ou valores específicos de um país, o que pode prejudicar a soberania nacional. Por fim, há o risco de desigualdade, onde grandes empresas globais podem se beneficiar de regras mais flexíveis, enquanto empresas locais, que devem seguir leis mais rígidas, podem ficar em desvantagem competitiva.

Quais são as vantagens para o Estado com a autorregulação transnacional?

A autorregulação transnacional traz vantagens para o Estado ao reduzir a necessidade de intervenção governamental, economizando recursos. As empresas, ao se autorregularem, mantêm padrões elevados de qualidade e segurança, beneficiando a população. Além disso, a autorregulação permite respostas rápidas a mudanças no mercado, ajudando na adaptação econômica. Por fim, promove práticas globais harmonizadas, criando um ambiente de negócios mais estável e atraente para investimentos.



COMO POSSO ME PROTEGER DE FRAUDES NAS REDES SOCIAIS? MINHA CONTA NAS REDES SOCIAIS FOI BLOQUEADA, O QUE POSSO FAZER? CAI NO GOLPE DO PIX, O QUE POSSO FAZER PARA ME RESSARCIR? O QUE SÃO CONTRATOS “LI E ACEITO”? QUAIS OS CUIDADOS QUE DEVO ADOTAR COM ELES? O QUE SÃO COCKIES? QUAIS OS CUIDADOS QUE DEVO ADOTAR COM ELES? MEUS DADOS PESSOAIS FORAM VAZADOS, O QUE FAZER?

Fui alvo de golpe num site de comércio eletrônico (Mercado Livre, OLX etc.). Posso ser ressarcido pela plataforma?

Plataformas de comércio eletrônico são intermediadoras da relação de consumo e, para o direito do consumidor, são fornecedoras. Nesse sentido, o usuário que seja vítima de fraudes nessas plataformas possui direito à indenização pelos prejuízos sofridos. Contudo, essa regra não se aplica se a plataforma for usada apenas como classificados ou como comparador de preços, nos quais não exista intermediação nem comissão, mas apenas a listagem de preços oferecidas por terceiros.

Uma rede social (Facebook, Instagram etc.) bloqueou a minha conta. O que posso fazer a respeito?

O usuário de redes sociais possui o direito de acesso à rede social e a informações claras sobre as justificativas para a desativação da conta, bem como ao conhecimento de eventuais denúncias feitas e à defesa contra elas. A desativação unilateral e baseada em denúncia genérica confere ao usuário o direito à reativação e pode sujeitar a rede social à indenização por danos materiais e morais, desde que comprovada a existência de prejuízos.



Preciso tirar uma certidão no cartório, mas não posso comparecer presencialmente. Tem como resolver na internet?

Os serviços dos cartórios hoje estão cada vez mais digitais, facilitando a vida dos cidadãos. Em âmbito nacional, já é possível obter 2ª via de certidões de nascimento, casamento e óbito (registrocivil.org.br), consulta de bens imóveis, visualização de matrícula e obtenção de certidões digitais (registradores.onr.org.br), além da possibilidade de consultar protestos de títulos, (pesquisaprotesto.com.br). ATENÇÃO: tenha muito cuidado com outros sites que ofereçam serviços similares, pois não são oficiais e podem estar aplicando golpes

Fui vítima do golpe do PIX. Como posso recuperar meu dinheiro?

Na internet, criminosos podem se passar por qualquer pessoa. ATENÇÃO: sempre desconfie de quem está entrando em contato, especialmente se lhe pedem transferência de dinheiro, número do cartão de crédito ou algum código. Caso você tenha sido vítima do golpe do PIX, a solução é imediatamente entrar em contato com sua agência bancária e solicitar o registro de notificação de golpe com a restituição dos valores. Em seguida, deve ser registrado um boletim de ocorrência, que pode ser feito online. Caso a situação não se resolva, procure o Procon mais próximo. O banco pode vir a ser responsabilizado, tanto mediante reclamação no Banco Central quanto judicialmente, caso se constate falha na prestação do serviço de segurança, principalmente quando operações destoam do perfil do cliente.

O que são contratos “Li e aceito”? Que cautelas eu devo tomar em relação a eles?

Os contratos “Li e aceito” são contratos de adesão muito presentes meio digital, como a instalação de aplicativos ou o uso de serviços na internet, nos quais o usuário precisa selecionar a opção de que leu todo o contrato e concorda com seus termos para poder usar o aplicativo ou serviço. Embora o ideal fosse ler o contrato na íntegra, na prática as pessoas acabam pulando o contrato para utilizar o aplicativo ou serviço.

No entanto, algumas cláusulas merecem atenção especial, como (1) as relativas ao tratamento de dados pessoais – que dados são coletados, para quais finalidades e com quem será compartilhado –, (2) aos direitos de propriedade dos conteúdos produzidos e (3) às responsabilidades da empresa desenvolvedora e do usuário.

O que são cookies? Que cautelas eu devo tomar em relação a eles?

Cookies são arquivos que guardam informações dos usuários ao acessarem páginas na internet e estão presentes em praticamente toda a internet. A finalidade principal dos cookies é oferecer uma navegação mais confortável na página. Contudo, muitas empresas têm utilizado esse recurso para divulgação de publicidade com base no conteúdo das páginas acessadas ou nas pesquisas realizadas, inclusive em outros sites. Caso você não deseje receber publicidade de produtos baseada nessas informações, evite, ao entrar na página, aceitar todos os cookies e configure suas preferências para permitir apenas os cookies necessários ou funcionais.

Descobri ou fui informado de que meus dados pessoais foram vazados. Tenho direito à indenização?

Embora o vazamento de dados pessoais constitua uma violação aos direitos fundamentais à privacidade e à proteção de dados pessoais, o vazamento por si só não vai acarretar automaticamente a indenização. É necessário que seja comprovado dano efetivo ao titular dos dados, com evidências do prejuízo sofrido pelo uso não autorizado por terceiros. Alguns aspectos precisam ser analisados no caso concreto; por exemplo, se constavam dados pessoais sensíveis, se houve falha de segurança injustificável

Os contratos eletrônicos são válidos? Que cuidados devo tomar em relação a eles?

Os contratos eletrônicos são celebrados na internet, através de assinaturas eletrônicas, que podem ser simples assinaturas, assinatura digital (criptografada) por

aplicativo privado ou pelo portal Gov.br, ou mediante biometria (dedo ou facial). Esses contratos estão cada vez mais frequentes, valem tanto quanto um contrato impresso e dispensam a assinatura de testemunhas. O principal cuidado que se deve tomar em relação a eles é com o uso de biometria, pois além de utilizar dados pessoais do cliente, estão mais suscetíveis a fraudes, recomendando-se optar, sempre que possível, pela assinatura criptografada.

Quero fazer uma reclamação na minha rede social (Instagram, TikTok etc.) sobre a empresa onde trabalho. Posso ser demitido por causa disso?

O direito à liberdade de expressão, inclusive na internet, embora protegido pela Constituição, não afasta a responsabilidade pelas manifestações que possam gerar prejuízos a outras pessoas. Muita atenção, pois seu empregador pode estar monitorando sua conta. Evite fazer postagens nas dependências da empresa, ou de pessoas usando a farda ou outro elemento que permita identificar o empregador. Postagens e até mesmo curtidas de conteúdos que prejudiquem a imagem da empresa podem ensejar a dispensa por justa causa.

Meu chefe envia mensagens em redes sociais (WhatsApp, Instagram etc.) solicitando informações ou passando ordens fora do horário de trabalho. Fico com receio de não responder. O que posso fazer a respeito?

O empregado possui direito ao repouso fora da jornada de trabalho, e neste direito está inserido o direito à desconexão de comunicações online. Assim, ordens rotineiras do empregador através de aplicativos de redes sociais, quando realizadas fora do horário normal de trabalho, devem ser computadas como horas extras e, caso não efetue o pagamento dessas verbas, o empregador poderá ser condenado em ação trabalhista.

O QUE É DIREITO ROMANO? EM QUE PERÍODO FOI VIGENTE? QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO BRASILEIRO? COMO SE DIVIDE O DIREITO ROMANO? QUAL A PRINCIPAL LEGISLAÇÃO ROMANA? COMO SE ADQUIRIA A PROPRIEDADE NO DIREITO ROMANO? QUAIS AS PRINCIPAIS PENAS NO DIREITO ROMANO?

O que é o Direito Romano e qual o tempo de sua vigência?

O Direito Romano é o conjunto de normas que vigorou na cidade antiga de Roma, desde a sua fundação, no século VIII a.C., até o declínio do império romano do ocidente, no séc. V d. C, que depois se incorporou às legislações de outros povos e permaneceu vivo até o surgimento das codificações modernas, no início do século XIX, onde exerceu muita influência. Em face de sua longa duração, costuma-se dizer que existiram vários Direitos Romanos.

Como se divide o Direito Romano?

Há duas formas de divisão do Direito Romano. Uma leva em consideração a evolução das instituições jurídicas. A outra, baseia-se na evolução política de Roma, que redundou em três fases: a Realeza, a República e o Império.

De acordo com o primeiro critério, o Direito Romano divide-se em antigo, clássico e pós-clássico. O direito antigo era um direito embrionário, cuja formação se deu durante toda a realeza e o início da república. O direito clássico teve início na segunda metade da república e se estendeu até a segunda primeira parte do Império, denominada de Alto Império ou Principado, era um direito inovador, inspirado nos ideais da república e nos princípios da justiça e da equidade. O direito pós-clássico foi marcado por governantes, no caso, imperadores autoritários que faziam o direito à sua semelhança.



O que distinguia os períodos da realeza, república e império?

Foram períodos políticos diferentes que influenciaram fortemente a formação do Direito Romano. Na realeza, o governante era o Rei e a única fonte do direito eram os costumes. A participação política se dava pela genealogia, ou seja, apenas os nobres, que eram os patrícios, davam opinião. Com a República, os reis foram substituídos pelos magistrados, que eram eleitos pelos representantes do povo. A participação popular foi estendida aos plebeus ricos, de início, e, depois, a todos, com exceção das mulheres. O império resultou na volta da monarquia, mas durante muitos anos funcionou democraticamente, tomando contornos autoritários a partir da segunda metade, denominada de Dominado ou Baixo Império.

O que é a Lei das XII Tábuas e qual o seu significado para o Direito

A Lei das XII Tábuas data de 450 (ou 451) a. C. e é considerada a primeira lei escrita em Roma que, até então, tinha um direito consuetudinário, baseado unicamente nos costumes. Trata-se de um marco muito importante do direito, porque é fruto da reivindicação da plebe, que era a classe mais desfavorecida em Roma, para se proteger contra as injustiças que, muitas vezes, eram justificadas pela prática costumeira.

O que é o Corpus Juris Civilis e qual a sua importância para o Direito Romano e para o direito moderno?

O Corpus Juris Civilis é uma consolidação das leis e da doutrina do Direito Romano, desde a sua fundação até o império, elaborada pelo Imperador Justiniano, no Sec. VI d. C. É de crucial importância para o conhecimento do Direito Romano na atualidade e para a identificação e comprovação da sua influência na elaboração das codificações modernas, onde ainda permanece vivo. Foi através do Corpus Juris Civilis que o Direito Romano chegou até os nossos dias. É composto por quatro partes, mas a mais importante é a que se chama Digesto, porque é composta pela produção jurídica dos principais doutrinadores romanos da época.

Como as pessoas incapazes eram protegidas pelo Direito Romano?

O Direito Romano já contava com os institutos da tutela e da curatela. Através da tutela, cuidava-se das pessoas menores de idade ou consideradas incapazes de gerir os seus próprios assuntos, como era o caso das mulheres. A curatela, normalmente, era para suprir incapacidades em razão de doenças. Mas havia as curatelas especiais, como a do nascituro, do prisioneiro e do ausente, por exemplo.

Com que idade a pessoa se tornava plenamente capaz, em Roma?

Diferente do Direito Brasileiro, onde as pessoas se tornam plenamente capazes aos 18 anos, no Direito Romano, além da idade de 25 anos, era necessário ser cidadão livre, do sexo masculino e que, no grupo familiar fosse o paterfamilias, ou seja, a figura masculina detentora de todos os poderes.

Como se adquiria a propriedade, no Direito Romano?

A propriedade normalmente era adquirida pela compra e venda, mas havia outros modos de aquisição que permanecem até hoje no Direito Brasileiro como, por exemplo, a usucapião, que é a possibilidade de obter a propriedade com base na posse e outros elementos estipulados por lei.

Que tipos de penas existiam no Direito Romano

A pena era estipulada pelo Direito Penal para punir o delinquente. Existiam duas espécies de pena: as capitais e as não capitais. As penas capitais implicavam na morte do apenado, como a decapitação, a forca, a crucificação e o lançamento às feras, dentre outras. As penas não capitais poderiam ser pessoais e patrimoniais. Eram consideradas penas pessoais, a prisão, os açoites etc. As patrimoniais eram as multas e os confiscos. Observa-se que no Brasil só podem ser aplicadas as penas restritivas de liberdade ou de direitos, a pena de multa e serviços à comunidade.

O que o Direito Romano determinava sobre o destino dos bens das pessoas após a sua morte?

O Direito Romano já estabelecia que os bens se transmitiam aos herdeiros do morto. É o que se chama de sucessão, que pode se dar por testamento, que é um documento escrito em vida pelo defunto, deixando clara a sua vontade. Quando não havia testamento, a distribuição dos bens entre os herdeiros era feita seguindo a que estava escrito na lei. O direito brasileiro seguiu o Direito Romano na regulamentação da sucessão post mortem.



O QUE SÃO DIREITOS DA PERSONALIDADE? PARA QUE SERVEM? COMO SÃO CLASSIFICADOS? COMO SE DIFERENCIAM DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS? ONDE ESTÃO ELENCADOS? QUAL A DIFERENÇA ENTRE O DIREITO À HONRA, À INTIMIDADE E À IMAGEM? COMO SÃO REPARADOS OS DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE?

O que são e para que servem os direitos da personalidade?

Os direitos da personalidade são direitos destinados à proteção de todas as pessoas contra ações que possam prejudicar aspectos essenciais da sua dignidade humana, como a vida, a liberdade, intimidade, imagem, nome e honra, dentre outros. Essas ações prejudiciais podem acontecer na convivência normal com outras pessoas.

O que é dignidade humana?

A dignidade da pessoa humana é um princípio que está presente na Constituição Federal Brasileira (art.1º., III), visando uma sociedade mais justa e igualitária, porque considera que todo ser humano, indistintamente, é portador de valores inatos intocáveis e deve ser tratado com respeito e sem qualquer discriminação, por quem quer que seja e onde quer que esteja.

Como são classificados os direitos da personalidade?

A classificação mais comumente encontrada nos livros insere os direitos da personalidade em três grandes grupos. No primeiro grupo estão os direitos à integridade física, que são o direito a vida e aos alimentos e o direito sobre o corpo e partes do corpo. No segundo grupo estão os direitos à integridade moral, como, por exemplo, a honra, a imagem, a intimidade e a identidade pessoal. E, por último, no terceiro grupo, o direito à integridade intelectual, como o direito de autor

Direito da personalidade e direito fundamental é a mesma coisa?

Direito da personalidade é direito subjetivo privado, de cada pessoa, que protege contra ofensas praticadas por outras pessoas ou pares, ou seja, aqueles com quem nos relacionamos, direta ou indiretamente, pessoal ou coletivamente. O direito fundamental também pode ser utilizado para a proteção do direito da personalidade, embora, originalmente, se destine à proteção da dignidade da pessoa em face de atos de ação ou omissão do Estado.

Onde estão elencados os direitos da personalidade?

Os direitos da personalidade estão elencados na Constituição Federal Brasileira, no Código Civil e em outras leis como, por exemplo, as que tratam da utilização da internet e dos dados pessoais. Porém, nenhuma lei esgota os tipos de direito da personalidade.

Qual é o direito da personalidade mais importante

Não se pode dizer qual o direito de personalidade é mais importante, porque todos eles são essenciais à pessoa humana, indistintamente. Mas pode haver ocasião em que eles entram em conflito como, por exemplo, a liberdade de expressão de uma pessoa versus a intimidade de outra pessoa. Aí, será analisado qual direito é mais essencial, no caso concreto. Essa análise, normalmente, é feita pelo poder judiciário.

Qual a diferença entre direito à honra, direito à intimidade e direito à imagem?

O direito à honra diz respeito à reputação da pessoa em relação a ela mesma e ao seu modo de vida, bem como ao meio social onde ela vive, seja na família, no trabalho, na escola, no clube, na igreja etc.

A direito à intimidade impõe que a pessoa seja deixada em paz, sem a intromissão de ninguém na sua vida privada, que só interessa a ela mesma.

A imagem de uma pessoa, como um retrato ou um vídeo, não pode ser utilizada e nem divulgada por ninguém, sem a autorização do titular.

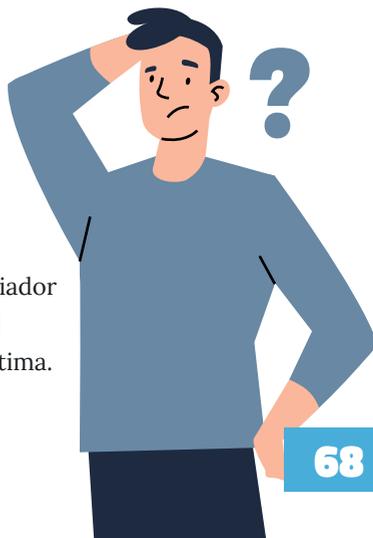
Ofensas à honra, à intimidade ou à imagem de uma pessoa podem causar um prejuízo à sua personalidade e, por isso, devem ser reparadas, através de uma indenização.

Como se chama o dano ou o prejuízo causado em decorrência de desrespeito aos direitos da personalidade?

Trata-se de um dano moral, porque atinge a dignidade da pessoa e seus atributos mais caros, como é o caso da honra, da intimidade e da imagem, por exemplo. Também podem ser exemplos ações que podem gerar dano moral: a cobrança de uma dívida indevida, o assédio moral, o assédio pessoal, o bullying, a publicação de uma foto sem autorização, a perda de uma chance, o plágio, dentre outros.

Como é feita a reparação de um dano moral?

A reparação de um dano moral normalmente se dá através de uma ação judicial, com a participação de um(a) advogado(a). Mas nada impede que as partes se acertem mediante um acordo, sem a necessidade da participação de um juiz, embora também seja importante a orientação de advogado(a). O resultado é a fixação de um valor financeiro, a título de indenização à parte ofendida, com o objetivo de compensá-la pelo mau sofrido. A reparação do dano não isenta o condenado de outras consequências da lei. A calúnia, por exemplo, é uma prática criminosa. O caluniador pode ser condenado à pena estipulada pelo Código Penal e a pagar uma indenização, pelo dano moral causado à vítima.



Qual o tempo de duração de uma ação de reparação a ofensas aos direitos da personalidade?

Uma ação judicial não tem um tempo determinado para se concluir. Pode ser mais rápida ou mais demorada, a depender da complexidade da situação, por isso é importante se buscar as formas extrajudiciais de solução de conflito que, normalmente, são mais rápidas. Independente disso, as vítimas não devem deixar de exigir que cesse a ameaça ou a lesão ao direito da personalidade e de reclamar a reparação pelas perdas e danos causados, como está previsto no artigo 12 do Código Civil Brasileiro.



UNI7

EXCELÊNCIA QUE TRANSFORMA O SEU FUTURO



AUTORES:

Afonso de Paula Pinheiro Rocha | Alisson José Maia Melo | André Dias Fernandes
Bruno Leonardo Carrá | Davi Guimarães Mendes | Fábio Campelo Conrado de
Holanda | João Luis Nogueira Matias | Jéssica Francisca do Nascimento Silva
Portela | Marcelo Sampaio Siqueira | Maria Jaqueline Carneiro Miranda | Maria
Vital da Rocha | Natália de Sá Cordeiro Braz | Ramon de Vasconcelos.



ACT Nº /2024

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA 5ª REGIÃO – TRRF 5ª REGIÃO E O
CENTRO UNIVERSITÁRIO 7 DE SETEMBRO –
UNI7, PARA FINS QUE ABAIXO ESPECIFICAM.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO – TRF 5ª REGIÃO**, com sede no Cais do Apolo s/nº, bairro do Recife/PE, CEP 50.030-908, inscrito no CNPJ sob o nº 24.130.072/0001-11, doravante denominado simplesmente TRF 5ª REGIÃO, neste ato representado por seu Presidente, o Senhor Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno, ladeado pelo Senhor Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, coordenador do Núcleo de Cooperação Judiciária do TRF 5ª REGIÃO, e o **CENTRO UNIVERSITÁRIO 7 DE SETEMBRO – UNI7**, com sede na Rua Almirante Maximiniano da Fonseca, nº1395, bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.811-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 473438931/0001-31, doravante denominada UNI7, neste ato, representada pela sua Reitora, Professora Manuella Alessandra Aleixo Costa, resolvem firmar o presente acordo, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambos os partícipes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente acordo tem por objeto estabelecer parceria entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF 5ª Região e a UNI7 visando à divulgação de uma cartilha jurídica sobre relações privadas, denominada “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e proteja seus direitos” nas dependências físicas de seus prédios perante a Justiça Federal da 5ª Região, e/ou em ambiente virtual, incluindo suas redes sociais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A cartilha jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e proteja seus direitos” tem por objetivo difundir, por meio de linguagem simples, os direitos dos indivíduos em suas relações privadas, a fim de que possam conhecê-los e proteje-los.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A cartilha jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e proteja seus direitos” será elaborada pelo corpo docente e discente da UNI7, que abdica de direitos autorais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A divulgação da cartilha jurídica no âmbito dos diversos fóruns da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região, inclusive em suas páginas na rede mundial de computadores (*internet*) e redes sociais, será solicitada e encaminhada pelo TRF 5ª Região às direções de Foro das respectivas seções judiciárias, as quais se incumbirão, em definitivo, de operacionalizar as postagens físicas e/ou virtuais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Para a implementação do objeto do presente acordo de cooperação:

I - Compete ao TRF 5ª Região:

- a) viabilizar a divulgação da Cartilha Jurídica, impressa ou eletronicamente;
- b) disponibilizar a Cartilha Jurídica para a necessária divulgação, em todos os Foros da Justiça Federal em seu âmbito;
- c) divulgar a parceria nos canais oficiais do TRF5 para conhecimento da população e dos integrantes do Sistema de Justiça
- d) apresentar relatório da divulgação da Cartilha Jurídica, relatando o total de Foros em que ocorreu a disponibilização;

II - Compete à UNI7:

- a) elaborar a Cartilha Jurídica “Relações Privadas em Perguntas e Respostas – Conheça e proteja seus direitos” e disponibilizá-la para o TRF 5ª Região, sem qualquer ônus;
- b) divulgar a parceria nos canais oficiais da UNI7 para conhecimento da população e dos integrantes do Sistema de Justiça;
- c) promover a atualização da Cartilha Jurídica, sempre que necessário em razão de alterações legislativas, sem qualquer ônus para o TRF da 5ª Região.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, se assim tiverem interesse até atingir o máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente acordo de cooperação não implicará para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 desembolso de verba pública a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo as despesas necessárias à plena consecução do objeto firmado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas constantes no orçamento de cada partícipe.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Mediante concordância dos partícipes, o presente acordo de cooperação poderá ser alterado, a qualquer tempo, por meio de aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas, sendo, no entanto, vedada a alteração de seu objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO. Aplicam-se à presente pactuação, naquilo que couber e por consentimento das Instituições envolvidas, as disposições concernentes aos casos de execução, alteração e inexecução, previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente ajuste poderá ser rescindido, a qualquer tempo, mediante notificação prévia, por escrito, devendo ser observado o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência. Os casos omissos que surgirem na vigência deste Acordo serão solucionados por consenso dos partícipes, em termos aditivos, se necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Este Acordo deverá ser publicado, após sua assinatura pelos partícipes, sendo que as publicações dar-se-ão na forma de extrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes contratantes declaram encontrar-se adequadas ao tratamento dos dados de pessoa natural, devendo cada parte adotar os procedimentos legais necessários para tratamento de referidos dados no que se refere aos objetivos a que se destinam o presente convênio, ou seja, para a execução e tratativas deste Acordo ou de procedimentos preliminares a ele relacionados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em qualquer hipótese, ambas as partes declaram estar cientes da necessidade de observância dos termos da Lei nº 13.709/2018 no que se refere ao tratamento direto e/ou indireto de dados de terceiros que se relacionem com o presente contrato de prestação de serviços.

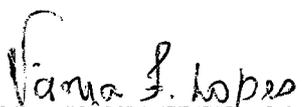
CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal na cidade de Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Termo, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Acordo em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza – CE, 13 de Dezembro de 2024


DR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
Corregedor Regional do
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5


DRA. VÂNIA FREITAS LOPES

Reitora do Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7

TESTEMUNHA 1



TESTEMUNHA 2

